

Luiza Brandes de Azevedo Ferreira

**CANDIDATURA E ELEIÇÃO DE MULHERES PELOS
PARTIDOS POLÍTICOS: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA
DAS ELEIÇÕES PARA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2014**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado no curso de graduação da
Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Sociais, sob a orientação do
Prof.º Dr. Tiago Daher Padovezi
Borges.

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Ferreira, Luiza Brandes de Azevedo

Candidatura e eleição de mulheres pelos partidos políticos: Uma análise exploratória das eleições para Câmara dos Deputados em 2014 / Luiza Brandes de Azevedo Ferreira; orientador, Tiago Daher Padovezi Borges - Florianópolis, SC, 2017.
96 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em Ciências Sociais.

Inclui referências

1. Ciências Sociais. 2. Candidatura de Mulheres. 3. Sub-representação. 4. Partidos Políticos. 5. Cotas de Gênero. I. Borges, Tiago Daher Padovezi. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

Luiza Brandes de Azevedo Ferreira

**CANDIDATURA E ELEIÇÃO DE MULHERES PELOS
PARTIDOS POLÍTICOS: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA
DAS ELEIÇÕES PARA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2014**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharel” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Ciências Sociais.

Florianópolis, 13 de fevereiro de 2017.

Prof. Tiago Bahia Losso, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Tiago Daher Padovezi Borges, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Yan de Souza Carreirão, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Luís Felipe Guedes da Graça, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Embora esse tópico não seja essencial num trabalho de conclusão de curso, considerado de menor monta em relação aos tradicionais trabalhos que concedem títulos acadêmicos, acredito que o devido reconhecimento àqueles que me acompanharam nessa caminhada deve se fazer presente, mesmo que de maneira breve (mas não menos verdadeira), por isso o farei. Agradeço:

Ao meu pai pela poesia, e música clássica. À minha mãe por estar sempre zelando por nós. Aos meus irmãos, Rodrigo, Léo, Leila e especialmente Artur, pela paciência e boa vontade.

Às professoras Todescat e Joana Stelzer, pela confiança com que dividiram seus projetos comigo.

À Renata Andrade, pelas valorosas indicações e ponderações sobre esta pesquisa. Ao professor Yan Carreirão, que além de conceder ótimos comentários no momento da qualificação da proposta de pesquisa, aceitou compor essa banca, o que muito me honra. Ao Luís Felipe Graça, que com toda solicitude concordou em participar da banca, a quem espero não desapontar as expectativas. À Laís Eloá, que não me deixou desanimar.

Ao meu orientador, Tiago Borges, por ter atendido prontamente todos os meus incessantes pedidos de auxílio; por ter entendido minhas angústias diante dos impasses e incertezas que encontrei no processo de construção desse trabalho, sem nunca medir esforços para me ajudar achar o caminho das pedras (e se falhei, não foi por falta sua), mesmo que para isso, muitas vezes, tivesse que sair do papel de orientador e assumir o de psicólogo, repetindo várias vezes: “respira!”.

Ao meu querido Iann, para quem tenho mais dificuldade de expressar com palavras tudo que essa presença significou (e significa), por, em todos esses anos, de entusiasmos e inseguranças que a graduação proporcionou, ter oferecido o melhor colo nos momentos de choro, o melhor abraço nos momentos de alegria, e o amor, em todos os momentos. Sem ele esse trabalho não teria sido possível.

À melhor parte de mim, Clara, por esse pequeno grande coração que me ensinou (e ensina) mais que todos sábios e todas as obras já escritas.

As últimas pesquisas colocaram-nos em condições favoráveis, com mais de 30% das intenções de voto [...]. No meu partido, depois de mim, que tenho 38%, há outro candidato com 2%. Contudo, continua a briga para saber quem vai ser candidato. Pergunto-lhes: se fosse invertida a situação, haveria alguma discussão? [...] Não. (Deputada estadual Célia Leão)

(GROSSI e MIGUEL, 2001).

RESUMO

A baixa presença de mulheres na política institucional constitui uma realidade nas democracias da maioria dos países e também do Brasil. Esse fato evidencia o limite de um dos fundamentais princípios democráticos, qual seja o da igualdade de participação política entre os cidadãos, além de configurar uma das instâncias em que a desigualdade de gênero continua mais manifesta, em comparação a outras áreas em que a inclusão das mulheres foi garantida, ou teve grande avanço, como no direito ao voto, educação e ocupação de cargos profissionais. Tendo isso em vista, inúmeros trabalhos foram realizados em relação a sub-representação das mulheres na política, no sentido de verificar quais são as barreiras e favorecem para esse quadro. A presente pesquisa tem como objetivo contribuir para o debate, evidenciando o papel exercido pelas organizações partidárias, enquanto agentes fundamentais na seleção e no investimento de candidaturas, que podem excluir ou incluir determinados grupos, mesmo antes da escolha dos eleitores. Para isso, no primeiro capítulo foi feito um breve levantamento bibliográfico dos principais aspectos mobilizados para pensar a maior ou menor possibilidade de inserção das mulheres na política, para depois tratar das características das organizações partidárias que favorecem para a manutenção ou superação desse quadro. No último capítulo foi empreendida uma análise exploratória dos dados referentes às eleições para a Câmara dos Deputados em 2014, disponibilizados pelo TSE, a fim de testar algumas hipóteses trazidas pela literatura quanto a chance de sucesso eleitoral das candidatas, especialmente no que se refere a ideologia e tamanho das agremiações partidárias. Concluiu-se que falta de comprometimento dos partidos com as políticas pro-gênero, trazida de forma mais contundente pelas cotas no sistema eleitoral, influenciam o baixo desempenho eleitoral das mulheres, ainda que partidos grandes e ideologicamente orientados tendam a ter resultados mais positivos na eleição desse grupo, no Brasil. Porém, a inércia parece ser o horizonte, a menos que as organizações partidárias adotem postura mais inclusiva que não se limitem apenas a resultados *pro forma*.

Palavras-chave: Candidatura de mulheres. Sub-representação. Partidos políticos. Cotas de gênero.

ABSTRACT

The low number of women participating in institutional politics is a reality in the democracies of most countries and also in Brazil. This fact evidences the limitation of one of the fundamental principles of democracy, which is the equality of political participation among citizens, and also represents one of the instances in which gender inequality continues more manifested, when compared to other areas in which women inclusion has been guaranteed, or in which there was a lot of progress, such as voting rights, education and jobs occupied by women. In light of the foregoing, many studies were carried out regarding women subrepresentation in politics, in order to verify what are the barriers contributing to this situation. The purpose of this thesis is to contribute to the debate, showing the role played by political parties, as fundamental agents in the selection and investment in candidacies, which can exclude or include certain groups, even before the voters' choice. Therefore, the first chapter presents a brief bibliographic survey of the main aspects involved to think the higher or lower possibility of insertion of women into politics, and then discusses the characteristics of political party organizations contributing to maintain or overcome this situation. The last chapter is an exploratory review of the data referring to the election for the House of Representatives in 2014, provided by the Superior Electoral Court, in order to test some hypotheses suggested by the literature for the chance of electoral success of female candidates, especially regarding the ideology and number of party members, in Brazil. The conclusion was that the parties' lack of commitment to pro-gender policies, forcefully met by gender quotas, influences women's poor electoral performance. Although large ideologically oriented parties tend to achieve better results in the election of this group, it seems that this situation will not change, unless political parties adopt a more inclusive approach that is not limited to *pro forma* results.

Keywords: Women's candidacy. Subrepresentation. Political parties. Gender quotas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – DESEMPENHO ELEITORAL DAS MULHERES: VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	19
1.1 Sub-representação das mulheres	22
1.1.1 Explicação a partir de aspectos socioculturais	24
1.1.2 Explicação pelo ambiente institucional	26
1.2 Seleção e eleição de mulheres e estrutura partidária	32
CAPÍTULO II - CANDIDATURA E ELEIÇÃO DE MULHERES PELOS PARTIDOS NAS ELEIÇÕES DE 2014	43
2.1 Como os partidos lidam com as cotas?	44
2.2 Eleição de mulheres por partido para a Câmara dos Deputados em 2014	56
CONCLUSÃO	59
REFERÊNCIAS	63
ANEXO 1	71

INTRODUÇÃO

A baixa presença de mulheres em cargos eletivos é uma realidade na maioria dos países. Segundo dados sobre as casas parlamentares da *Inter-Parliamentary Union*¹ (IPU), apenas 38, dos 193 listados, conseguiram ultrapassar a marca dos 30% de mulheres eleitas. Contudo, esses números já foram bem menores. No primeiro levantamento disponibilizado pela IPU, de janeiro de 1997², apenas 5³ países atingiram esse percentual mínimo. Embora as relações dos anos anteriores não estejam disponíveis, tudo leva a crer que esses valores não eram maiores.

Em consequência à flagrante discrepância de gêneros nas arenas político-decisórias, na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada no ano de 1995, em Pequim, foi aprovada a *Declaração e Plataforma de Ação*, na qual se dedicou um capítulo inteiro à questão da mulher no poder e na tomada de decisões. Este documento foi assinado por 183 delegações de países, dentre as quais estava a brasileira, e continha o seguinte texto:

[...] a participação equitativa das mulheres na vida política desempenha um papel essencial no processo geral de avanço das mulheres. A participação das mulheres em condições de igualdade na tomada de decisões constitui não só uma exigência básica de justiça ou democracia, mas pode ser também considerada uma condição necessária para que os interesses das mulheres sejam levados em conta. Sem a participação ativa das mulheres e a incorporação do ponto de vista próprio das mulheres em todos os níveis do processo de tomada de decisões não se poderá alcançar os objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz (DECLARAÇÃO, 1995, p. 215).

A declaração também estabeleceu algumas medidas que deveriam ser adotadas pelos governos dos países signatários, dentre as quais, estava prevista a adoção de políticas afirmativas:

¹ Inter-Parliamentary Union 2006. Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>> Acesso em: 15 de janeiro 2017.

² Inter-Parliamentary Union 1997. Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif010197.htm>> Acesso em: 15 de janeiro 2017.

³ Suécia, Noruega, Finlândia, Dinamarca e Holanda.

[...] comprometer-se a estabelecer a meta de equilíbrio entre mulheres e homens nos organismos e comitês governamentais, assim como nas entidades da administração pública e no judiciário, incluídas, entre outras coisas, a fixação de objetivos específicos e medidas de implementação, a fim de aumentar substancialmente o número de mulheres e alcançar uma representação de paridade das mulheres e dos homens, *se necessário mediante ação afirmativa em favor das mulheres, em todos os postos governamentais e da administração pública* (DECLARAÇÃO, 1995, p. 216, grifo meu).

Um dos resultados mais notórios ocorridos após a firmação do acordo acima, foi a adoção cotas de gênero nos sistemas eleitorais por diversos países. Durante a década de 90 onze países latino-americanos adotaram tais instrumentos legais para promover a candidatura de mulheres (HTUN, 2002), dentre eles o Brasil. Embora essa medida tenha sido mais ou menos bem-sucedida em cada país, a sub-representação desse grupo continua sendo a regra na maioria deles (ARAÚJO, 2001).

No Brasil, o Art. 10, §3º, da Lei 9.504 de 1997⁴ instituiu que pelo menos 30% das vagas de candidatura deveriam ser preenchidas⁵ por cada sexo⁶. Segundo Araújo, as cotas surgem não só para assegurar o aumento no número de mulheres no Parlamento, como também enquanto “uma expressão [do] movimento por *reconhecimento de coletivos* e por *presença* nas arenas decisórias” (ARAÚJO, 2001, on-

⁴ Antes disso, a Lei n. 9.100 de 1995 estabeleceu o mínimo de que 20% de candidaturas por sexo, e valeu para as eleições municipais de 1996. No entanto, ela também aumento do número de candidatura que os partidos/coligações podiam lançar de 100% para 120% em cada pleito.

⁵ Antes de 2009 a redação da lei definia que os partidos deviam “reservar” 30% da vagas para candidaturas femininas. Isso permitia que os partidos simplesmente deixassem as vagas em aberto. Mas, a partir da Reforma Eleitoral de 2009, a lei foi alterada e tornou-se obrigatório “preencher” 30% das vagas.

⁶ Porém, a lei também alterou o número máximo de candidaturas que podem ser apresentadas pelos partidos em cada pleito de 1,2 para 1,5 vezes o número de vagas, o que significa que para lançar novas candidaturas os partidos não precisavam abrir mão dos quadros mais consolidados de candidatos.

line). Mas, aumentar o número de mulheres não foi exatamente o que aconteceu no país.

Na Câmara dos Deputados, desde a implantação de lei, que foi implementada na eleição de 1998, até 2014, restou um saldo de cadeiras ocupadas por mulheres apenas 2,5% superior em comparação com as eleições de 1994 (anterior às cotas), conforme tabela 1:

Tabela 1: Candidatos e eleitos por sexo de 1994 a 2014 para a Câmara dos Deputados

Ano	Total de Candidatos	Total de Candidatas	% de Candidatas	Total de Eleitos	Eleitas	% Eleitas
1994	3008	185	6,1	513	38	7,4
1998	3417	353	10,3	513	29	5,6
2002	4289	490	11,4	513	42	8,2
2006	4961	630	12,7	513	45	8,8
2010	6015	1335	22,2	513	45	8,8
2014	7137	2271	31,8	513	51	9,9

Fonte: autoria própria a partir de dados do TSE.

Ainda que o número de candidaturas femininas tenha aumentado 12,27 vezes, enquanto as candidaturas masculinas cresceram apenas 2,38 vezes, de 1994 até a eleição de 2014, o percentual de eleitas continua bastante modesto. Isso nos leva a perguntar: será que apenas obrigar os partidos a colocar mulheres nas listas de candidatos é uma medida eficiente? Parece bastante claro que não.

Conforme Peixoto, Goulart e Silva. (2016, p. 134), o quadro “sinaliza para uma estratégia partidária de simplesmente inserir mulheres nas nominatas com a finalidade de evitar punições, mas sem oferecer às candidatas reais condições de competição”. Uma evidência nesse sentido pode ser observada na eleição de 2010 – primeira após a Reforma Eleitoral de 2009 em que se alterou a palavras “reservar” para “preencher” o percentual de gênero na lei de cotas – na qual, o número de candidatas dobrou em relação ao pleito anterior, mas, a quantidade de mulheres eleitas permaneceu inalterada. Fenômeno parecido também ocorreu na primeira eleição após a aprovação da ação afirmativa, em 1998, em relação ao número de candidatas, porém, nesse caso, o número de eleitas decresceu.

Assim, se baixa presença de mulheres continua sendo um fato bastante evidente, outra questão que aparece é: que fatores contribuem para esse quadro?

De acordo com Braga (2006), a escolha dos partidos pode levar à exclusão de alguns grupos sociais e a sub-representação nas instâncias governamentais e, conforme Htun (2002), os partidos têm sido historicamente um obstáculo para o avanço da participação das mulheres

na política. Então, como as estratégias que as organizações partidárias adotam, a fim de obter sucesso eleitoral, podem ajudar a pensar sobre a baixa presença de mulheres na política? Esta pesquisa tem como objetivo avaliar a sub-representação das mulheres na política institucional a partir dos padrões de candidatura e eleição feminina segundo as variáveis estruturais dos partidos políticos.

Com vistas a atingir esse propósito, o presente trabalho, está dividido em duas partes. No primeiro capítulo será apresentado um breve levantamento bibliográfico da literatura que tratou dos aspectos que influem para a maior ou menor presença de mulheres nas instâncias decisórias, buscando traçar alguns paralelos com o cenário nacional. De modo geral, verifica-se que as características socioculturais e macroinstitucionais do sistema político foram mais extensivamente trabalhadas para explicar o fenômeno, embora não tenham sido consideradas suficientes. Por outro lado, nota-se que os aspectos estruturais dos partidos políticos foram menos explorados, ainda que tenham se mostrado promissores. Para contribuir para esse debate, serão apontadas algumas particularidades das organizações partidárias como ideologia, tamanho, institucionalização interna, e centralização da seleção de candidatos, que tem apresentado alguns padrões de interferência sobre a maior ou menor chance de candidatura de mulheres, bem como de sucesso eleitoral.

No segundo capítulo será realizada uma análise exploratória dos dados referentes à eleição para a Câmara dos Deputados em 2014, a partir da base referente às candidaturas disponibilizada pelo TSE, a fim de experimentar algumas das hipóteses trazidas pela literatura para a questão, apresentadas no primeiro capítulo, mais especificamente, tamanho e ideologia partidária. Trata-se, portanto, de um estudo de caso, e por isso, os resultados encontrados não podem ser generalizados. Contudo, foram constatadas algumas tendências que reforçam os dados trazidos por outras pesquisas.

CAPÍTULO I – DESEMPENHO ELEITORAL DAS MULHERES: VARIÁVEIS EXPLICATIVAS

Segundo Htun (2002), a eficácia das medidas afirmativas, tais como as cotas para candidatura de mulheres, pode ser maior ou menor, a depender de muitos fatores, entre eles a sensibilidade das agremiações partidárias às reivindicações de medidas que diminuam as desigualdades de gênero nas instâncias de poder. Podemos então pensar na baixa presença de mulheres na arena política institucional, especialmente no legislativo, como uma evidência flagrante de exclusão de um segmento expressivo da população, cujo processo também envolve os partidos políticos?

Neste capítulo pretende trazer contribuição nesse sentido. Parte-se do pressuposto que os partidos detêm o monopólio⁷ do lançamento de candidaturas (BOLOGNESI, 2013), que eles controlam, em algum grau, o acesso dos candidatos aos postos eletivos (BRAGA e AMARAL, 2013; BRAGA, 2008; GUARNIERI, 2014), que essas organizações têm como um de seus objetivos principais: ganhar eleições⁸ (DOWNS, 1999) e que a seleção de candidatos pode ser considerada a etapa central em que as agremiações partidárias detêm maior autonomia para definir suas estratégias para amealhar votos (BOLOGNESI, 2013; GUARNIERI, 2004). Contudo, considera-se que os interesses dos partidos podem ser mais ou menos alinhados, bem como, ser mais ou

⁷ No Brasil, qualquer pessoa que almeje se candidatar para algum cargo eleitoral deve estar filiada a um partido político. No tocante às normas de escolha daqueles que serão candidatos, elas também devem ser definidas pelos próprios partidos, conforme a Lei 9.504/97 dispõe: “Art. 7º As normas para a escolha e substituição dos candidatos e para a formação de coligações serão estabelecidas no estatuto do partido, observadas as disposições desta Lei. § 1º Em caso de omissão do estatuto, caberá ao órgão de direção nacional do partido estabelecer as normas a que se refere este artigo, publicando-as no Diário Oficial da União até cento e oitenta dias antes das eleições”.

⁸ Naturalmente, este não é o único objetivo dos partidos e, em alguns casos, pode nem ser o principal, pois, como aponta Matland (2002), é possível que outros interesses das unidades partidárias, ou de grupos dentro do partido, ganhem preponderância, indo além do simples desejo de maximizar os votos, porém, a longo prazo, os partidos que pretendem continuar operando em contextos democráticos serão forçados a se preocupar com a obtenção de votos, sob risco de ter sua atuação reduzida, ou até mesmo serem eliminados.

menos influenciados pelos apelos à inclusão do contingente de mulheres a depender de seus aspectos organizativos.

A literatura clássica, sobre os partidos políticos, tem considerado que os fatores externos: o sistema partidário, o número, tamanho e fragmentação dos partidos, o sistema eleitoral, as leis e fórmulas eleitorais, as regulações sobre os partidos, os meios de comunicação, etc., apresentam-se como desafios as agremiações e exercem pressões que alteram a distribuição de recursos e incentivos de que estas dispõem e, por conseguinte, as interações existentes (KATZ e MAIR, 2007; PANEBIANCO, 2005; SARTORI, 1982). Mas, é importante compreender que esses fatores exercem influências, ou seja, não são determinantes na formação e atuação dos partidos, pois, caso contrário, não seria possível explicar como os mesmos estímulos externos produzem organizações partidárias distintas⁹. Nesse sentido, medidas de discriminação positiva, externa aos partidos, devem ser mais ou menos eficientes a depender dos aspectos internos das agremiações partidárias.

A diferença entre os partidos foi considerada por Duverger (1980) enquanto resultados das marcas que eles carregam de suas origens. Aceitando esse enunciado, Panebianco (2005) também defende que os partidos se diferem em função: 1) do momento de sua formação, ou, em suas palavras a “fase genética”, em que são feitas as primeiras escolhas, especialmente por aqueles que o comandam, cujos interesses serão os mais relevantes nesse momento, marcando para sempre a vida da agremiação; 2) da institucionalização¹⁰, que consiste na capacidade de

⁹ No Brasil, faz parte do senso comum a ideia de que os partidos são todos iguais. Isso talvez se deva ao fato de algumas análises encontrarem menos diferenças programáticas e ideológicas, ainda que elas existam (Zucco Jr., 2011; Tarouco e Madeira, 2013), do que diferenças no perfil dos políticos eleitos (Rodrigues, 2002, 2006; Codato, Costa, Massimo, 2014; Codato e Costa 2015; etc.). Porém, apenas esse fato já serviria de respaldo para se colocar em xeque a noção de uniformidade entre os partidos, já que é possível encontrar diferenças “sociológicas”, dentro de um mesmo marco institucional, do que se presume que os partidos adotam estratégias diferentes para a seleção dos candidatos que serão apresentados ao crivo eleitoral.

¹⁰ Vale lembrar que a definição de Panebianco (2005) difere de como a institucionalização dos partidos foi geralmente lida, qual seja, em relação a como um partido se mantém estável, tanto enquanto organização, quanto na competição eleitoral, cujos indicadores seriam: estabilidade, adaptabilidade; complexidade organizacional; autonomia; coerência (HUNTINGTON, 1968) ou, no caso brasileiro, em que além da estabilidade: enraizamento social e legitimidade foram considerados os critérios para medir a institucionalização

transformar os objetivos, que no início são aqueles perseguidos pelos membros da organização, geralmente manutenção ou perpetuação de poder, nos interesses próprios do partido.

Essas fases são de extrema importância porque, antes de se institucionalizar, na fase genética, a organização define seus objetivos tendo em vista sua constituição ideológica, em que se fundam os incentivos coletivos¹¹. Neste momento a organização não é separável dos seus membros e pode ser utilizada por eles como instrumento para atingir certos fins¹². Já a institucionalização consiste na incorporação dos objetivos dos dirigentes pela organização que ganha autonomia e independência em relação aos seus membros. Assim, se desenvolvem paralelamente: 1) os interesses para a manutenção da instituição (dos dirigentes que não querem perder seus incentivos seletivos¹³); 2) as lealdades organizativas difusas (dos eleitores, filiados e militantes que precisam de incentivos coletivos)¹⁴.

Panebianco (2005) defende que os partidos podem ser diferenciados pelo grau de institucionalização, e este pode ser medido sob a perspectiva de um *continuum* a partir de duas dimensões, que se relacionam com o ambiente externo: 1) o grau de *autonomia* do ambiente em que a organização se desenvolveu; e interno: 2) o grau de *sistemicidade* [coerência] da sua estrutura interna.

A partir desses aspectos, o autor sugere que os partidos com organização forte, ou, mais institucionalizados, são aqueles capazes de exercer autonomia em relação ao ambiente externo e de ser coerentes em relação às suas regras formais consolidadas. Geralmente essas características são preenchidas pela agremiação que é ideologicamente orientada (como os *partidos de massa*). Em sentido oposto, as

(MAINWARING, 2001). Contudo, foi alvo de críticas: a complexidade quanto a mensuração desses critérios (DAZA, 2005 apud BOLOGNESI, 2013), bem como a dificuldade de operacionalização dessas medidas multidimensionais (TAROUCO, 2010).

¹¹ Segundo o autor, incentivos coletivos são “benefícios ou promessas de benefícios que a organização deve distribuir igualmente entre todos os participantes” (PANEBIANCO, 2005, p. 17).

¹² Nessa fase, defende o autor, é útil analisar a organização “sob a ótica do ‘modelo racional’” (PANEBIANCO, 2005 p.100).

¹³ Incentivos seletivos são aqueles que trazem benefícios individuais, como de poder, status e bens materiais (PANEBIANCO, 2005)

¹⁴ Ambos os processos se relacionam com a formação de incentivos seletivos ou coletivos para a participação dos membros, sem eles a organização não sobrevive (PANEBIANCO, 2005).

organizações fracas, menos institucionalizadas, são aquelas mais suscetíveis às pressões externas e com regras internas pouco claras e delimitadas. Esse tipo de estrutura partidária pode ser percebido, de acordo com o autor, nos partidos eleitoralmente orientados (i.e. *catch-all*, ou *profissional-eleitoral* e *cartel*).

As características das organizações partidárias criam, portanto, diferenças entre os partidos. Essas particularidades influem na distribuição de incentivos seletivos e coletivos (BOLOGNESI, 2013), bem como os métodos de seleção de candidatos em termos de democracia interna, e inclusividade (HAZAN e RAHAT, 2010). Mas, como essas questões também refletem nas estratégias de inclusão de mulheres nos partidos, no lançamento dessas candidaturas e, em última instância, na possibilidade de êxito eleitoral?

Ainda que um número expressivo de trabalhos tenham apresentado contribuições significativas para entender o problema da presença reduzida de mulheres na política institucional, de maneira geral, a literatura tem mobilizado explicações envolvendo aspectos socioculturais, ou macroinstitucionais do sistema político (eleitoral e partidário). Considera-se que, nesse prisma, enquanto algumas explicações foram mais extensivamente exploradas, outras foram menos investigadas, até onde se pôde avaliar, apesar de se mostrarem promissoras, como características organizacionais dos partidos políticos.

Em vista de promover uma visão geral das variáveis explicativas da sub-representação, na próxima seção será apresentada uma revisão da literatura sobre os determinantes da presença feminina na política, serão retomados brevemente alguns debates e diagnósticos principais, bem como a limitação desses argumentos, para depois recorrer aos aspectos que interessam a esta pesquisa.

1.1 Sub-representação das mulheres

A sub-representação das mulheres na política foi foco de muitos estudos. Do ponto de vista do ideal democrático, as democracias modernas, que se apoiam na doutrina do liberalismo, para a qual os indivíduos devem ser considerados “livres e iguais”, comportam uma série de contradições. *Liberdade e Igualdade* foram consideradas por muitos autores como valores antitéticos, no sentido em que não se pode realizar plenamente um sem limitar fortemente o outro. Além disso, mesmo a aparente conciliação desses princípios, do ponto de vista formal, não impede que existam fortes limitações na prática (BOBBIO, 1996).

O ideal de igualdade na democracia constitui um debate central e persistente na teoria política, desde que o processo de universalização da participação política inseriu o problema da equalização das influências nas instâncias de poder (BORGES, 2013). Sob essa perspectiva normativa, a sub-representação das mulheres no campo político-institucional foi vista como um dos limites do projeto democrático de igualdade, pois, “se constata que as promessas de inclusão universal não são cumpridas e que há padrões de concentração de poder que se reproduzem nas democracias existentes” (BIROLI e MIGUEL, 2010). Nesse sentido, a evidência da baixa proporção de mulheres ocupando cargos políticos desde o final do séc. XX indicava a acomodação de desigualdades resultantes de padrões de dominação sociais “contribuindo para invisibiliza-las e naturaliza-las” (BIROLI e MIGUEL, 2010).

Essa constatação levantou uma questão básica: que desigualdades fazem com que as mulheres estejam pouco inseridas na política (de maneira geral e também na política institucional)? Ou, melhor dizendo, que barreiras favorecem a baixa inserção das mulheres nos espaços político-decisórios? As respostas a esta pergunta não foram homogêneas e comportaram diferentes ênfases, às quais se buscará tratar de maneira sucinta nas seções seguintes.

Mas, antes, vale fazer uma consideração. Uma questão que aparece, quando se pensa a participação das mulheres na política é o motivo pelo qual ela deve ser considerada importante ou defendida. Nesse sentido, um amplo debate foi aberto em torno da participação feminina e o(s) conceito(s) de representação, cujo ponto de partida foi considerado o trabalho intitulado *The Concept of Representation* (1967), de Hanna Pitkin. Em vistas de responder ao problema apresentado acima a teoria feminista têm argumentado, em contraposição à defesa da *representação substantiva* de Pitkin (1967), que a *representação descritiva*, cuja característica consiste em tornar os espaços político-decisórios um reflexo da composição social, ou seja, um microcosmos da sociedade, seriam mais justa (MANSBRIDGE, 1999), e permitiria que a representação se desse não só em termos de ideias mas também de presença (PHILLIPS, 1995). Embora não se desconheça essa discussão, ela não será tratada neste trabalho, para além desse breve adendo, posto que não se intenciona saber porque as mulheres devem participar da política ou serem eleitas, nem o que isso significa em termos de

representação, debate extenso e polêmico que não cabe aqui retomar¹⁵. Intenciona-se, mais especificamente, pensar no porque elas estão *mal* inseridas na política institucional em muitos países, e também no Brasil, no sentido de contribuir para compreender as barreiras que favorecem esse quadro de desigualdade, especialmente no que tange à organização dos partidos políticos¹⁶.

1.1.1 Explicação a partir de aspectos socioculturais

De acordo com Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2010), os aspectos socioculturais que envolvem a sub-representação das mulheres podem ser resumidos em três abordagens: 1) A ênfase é dada no caráter patriarcal das instituições liberais¹⁷, em que o conceito de indivíduo era concentrado e dirigido ao ideal de *homem* (HELD, 2012); 2) Busca evidenciar os padrões culturais de integração social feminina “que constroem o político como espaço masculino e inibem o surgimento da ‘ambição política’ entre as mulheres”; 3) Destaca os aspectos restritivos da participação feminina nas instâncias decisórias em função dos impactos causados pelas condições de desprivilegio, em termos principalmente de recursos econômicos e de tempo livre, detidos por esse grupo em relação aos homens. Todas essas perspectivas trariam dificuldades para as mulheres adentrarem nos espaços públicos.

As diferenças relativas ao processo de socialização de homens e mulheres ensejaram uma série de debates nas teorias feministas em torno da divisão sexual entre os espaços público e privado (PATEMAN, 1988; PHILLIPS, 1998; MANSBRIDGE, 1998; etc). A argumentação central dessas abordagens consiste na assunção de que os espaços e assuntos públicos são culturalmente reservados para homens, enquanto as mulheres são incentivadas a assumir funções em âmbito doméstico, como no cuidado do lar e das crianças. Assim, a menor presença das mulheres na política estaria relacionada com os obstáculos situados no trânsito do espaço privado para o público. Ainda que essas dificuldades

¹⁵ Um bom resumo desse debate pode ser encontrado em Childs (2008), p. 93-107.

¹⁶ Considera-se, contudo, que a baixa inserção das mulheres nas instâncias de poder envolve a garantia à cidadania plena deste grupo, conforme Avelar (2001), cuja relevância se torna ainda mais notória quando comparada com tantas outras áreas em que as discrepâncias de gênero foram superadas, como o direito ao voto, ou em muito minimizadas, como a educação formal e conquista de carreiras profissionais.

¹⁷ Conforme Pateman (1988).

possam variar em cada país, de acordo com a cultura de gênero mais ou menos igualitária, e mesmo dentro das regiões de cada nação (BRABO, 2008), elas constituem o primeiro obstáculo à participação política das mulheres, pois inibem a iniciativa que precede as demais, qual seja, a de elas quererem apresentar-se como candidatas a um cargo político¹⁸ (MATLAND, 2002).

Porém, o passo que precede qualquer expectativa de candidatura é a filiação partidária. Ao atentarmos para esse quadro, nota-se que as mulheres constituem um contingente bastante significativo dentro dos partidos políticos, chegando a metade de seus membros em muitos países (HTUN, 2002). No Brasil, o número de filiadas, nos partidos, gira em torno de 40% (ÁLVARES, 2008). Essa constatação vai de encontro com as interpretações de que as mulheres estariam, a partir das condicionantes socioculturais, menos dispostas ou incentivadas a participar dos assuntos políticos. Mesmo que se argumente que a filiação não é condição exclusiva para a candidatura esse dado sugere que a sub-representação não seja um resultado direto de um problema de demanda por cargos deste grupo (SACCHET, 2011). Em análise sobre a filiação de mulheres nos partidos políticos no Brasil, Álvares conclui que:

[..]a situação das mulheres nos partidos brasileiros merece uma atenção maior. Se compararmos os 40% de filiadas ao percentual masculino, há desnível, mas não se pode dizer que esse valor seja inexpressivo. O problema está na passagem de filiadas para as listas partidárias de candidaturas (ÁLVARES, 2008, p. 908).

A questão da candidatura será mais extensivamente trabalhada na próxima seção (1.2), contudo, antes disso, se os aspectos socioculturais podem responder apenas uma parte do problema da sub-representação das mulheres, vale nos voltarmos para o quadro macroinstitucional, que constitui uma variante bastante trabalhada pela literatura para avaliação do tema.

¹⁸ A sugestão de certa apatia das mulheres às questões políticas foi alvo de discordância em estudos que buscaram demonstrar que as mulheres não participavam menos da política do que os homens, em termos quantitativos, mas que apenas participavam de forma diferente (AVELAR; 1989; PRA, 1997; ARAÚJO, 1999 apud BRABO, 2008), estando mais bem inseridas em movimentos sociais.

1.1.2 Explicação pelo ambiente institucional

Outras variáveis geralmente mobilizadas para explicar o baixo desempenho das mulheres nas corridas eleitorais dizem respeito aos aspectos institucionais do sistema político, o que inclui sistema eleitoral, e sistema partidário (ARAÚJO, ALVES, 2007; ARAÚJO, 2005; ARAÚJO, 2009; HTUN, 2002; MATLAND, 2002, etc.).

O sistema eleitoral tem sido considerado influente para a eleição de mulheres. De modo geral, tem-se encontrado evidências de que elas são mais facilmente eleitas em sistemas proporcionais¹⁹, seguidos dos sistemas mistos²⁰ e, tendo resultados menos favoráveis em sistemas majoritários²¹ (HTUN, 2002; MATLAND, 2002; ARAÚJO, 2005; NORRIS, 2013; etc.). A lógica atribuída para essa constatação, por autores como Htun (2002), Matland (2002), Araújo (2005), entre outros, é a de que em sistemas proporcionais há mais vagas e os partidos podem oferecer um leque maior de opções ao eleitorado, sendo capazes de lançar mão de estratégias de seleção mais inclusivas, em termos segmentos sociais, na composição das listas. Em sentido oposto, os sistemas majoritários levariam os partidos a adotarem estratégias mais conservadoras, buscando aqueles candidatos que maximizem as chances de ganhos eleitorais, preferindo os que são considerados “bons de voto”, cálculo geralmente feito pelos sucessos eleitorais prévios, cuja tendência é manter-se a escolha entre aqueles que já foram eleitos, os quais são, predominantemente, homens (HTUN, 2002; MATLAND, 2002; ARAÚJO, 2005). Em outras palavras, a chance de novatos, e nesse caso das mulheres, conseguirem candidatar-se, bem como obter cargos eletivos, aumenta à medida que aumenta a magnitude distrital. Mas, ainda que se trate de uma tendência geral, em alguns casos ela não é verificável, como no Brasil, em que distritos menores têm elegido mais mulheres (ARAÚJO, 2009).

¹⁹ Grosso modo, nos sistemas proporcionais os candidatos concorrem por mais de uma vaga, e elas são distribuídas de acordo com a proporção de votos recebidos (no Brasil os distritos vão 8 a 70 vagas).

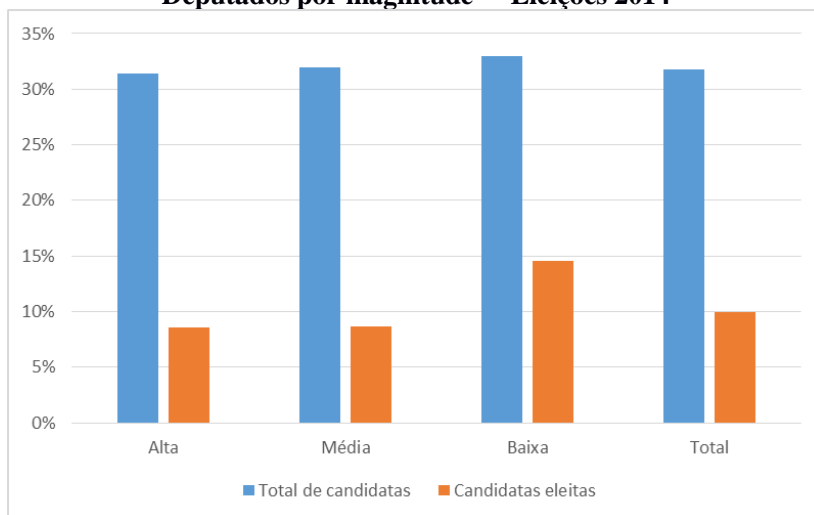
²⁰ Os sistemas mistos são uma combinação de sistema proporcional e majoritário, em que parte das vagas disponíveis são preenchidas de acordo com a proporção de votos recebida pelo candidato, e outra parte são ocupadas por aqueles que receberam o maior número de votos.

²¹ Sistemas majoritários são aqueles em que os candidatos disputam por uma vaga e vence aquele que ganhar a maioria dos votos.

Embora o Brasil adote o sistema proporcional para as Câmaras Baixas, em estudos sobre as eleições para a Câmara dos Deputados em 2002 (ARAÚJO, ALVES, 2007), 2006 e 2008 (ARAÚJO, 2009), constatou-se que, ainda que em distritos com maior magnitude²² sejam lançadas mais candidatas, a chance real de eleição desse grupo é maior nos distritos menores. Assim, mais candidaturas não significam mais mulheres eleitas, nem estados com magnitude maior resultam em maior chance de eleição para mulheres, no país²³ (ARAÚJO, 2009).

A mesma tendência foi encontrada na eleição de 2014, conforme gráfico 1:

Gráfico 1: Candidatura e eleição de mulheres para Câmara dos Deputados por magnitude* - Eleições 2014



Fonte: autoria própria a partir dos dados do TSE.

* A magnitude foi classificada a partir do número de cadeiras na Câmara dos Deputados: Alta: acima de 25; Média: de 12 a 25; Baixa: de 8 a 10, conforme Borges, Carreirão e Nascimento (2016).

²² Magnitude diz respeito ao número de cadeiras disponíveis. Os sistemas majoritários têm magnitude 1, já nos sistemas mistos e proporcionais a magnitude varia.

²³ Com exceção do Rio de Janeiro (Araújo, 2009).

Contudo, nesse pleito a candidatura feminina foi ligeiramente maior nos distritos de magnitude baixa, categoria que também elegeu mais mulheres²⁴.

Outra questão que precisa ser considerada é o tipo de lista²⁵ adotada pelo sistema quando de representação proporcional. Tem-se demonstrado que os sistemas de lista fechada costumam ser mais favoráveis à eleição de mulheres do que os sistemas de lista aberta (HTUN, 2002; MATLAND, 2002; ARAÚJO, 2005, etc.). Isso porque, na lista fechada, as posições dos candidatos são estabelecidas pelo partido. Nesse caso, bastaria que as mulheres estivessem nas primeiras colocações da lista, e que o partido recebesse os votos necessários, para que elas fossem eleitas. Por outro lado, na lista aberta, o resultado é decidido pelo eleitor, que vota diretamente no candidato. Porém, no tocante ao tipo de lista, a relação com a possibilidade de sucesso eleitoral é ainda menos direta, “nos *sistemas proporcionais de lista fechada*, o desafio consiste em ocupar um lugar no topo dos preferenciais da lista de candidatura; nos *proporcionais de lista aberta*, em obter certas prioridades nos recursos destinados aos preferenciais” (ARAÚJO, 2005, p. 196).

Assim, mesmo quando se sustenta, em sentido oposto ao primeiro argumento, que as listas abertas aumentam a probabilidade de que as candidatas resultem eleitas, pois bastaria haver um eleitorado disposto a eleger mulheres, é preciso levar em consideração que as diferenças de gênero nos orçamentos de campanha e cobertura da mídia podem prejudicar a escolha das candidatas (HTUN, 2002). No tocante aos recursos, o financiamento de campanha tem sido considerado central para o sucesso eleitoral. Nesse sentido, estudos têm evidenciado que o baixo investimento na campanha é um dos principais fatores a explicar o mau desempenho eleitoral das mulheres (SACCHET e SPECK, 2012).

²⁴ O Rio de Janeiro foi o único estado com magnitude alta (46) que elegeu mais mulheres (6).

²⁵ Existem três tipos de lista, de acordo com Araújo (2001, p. 240): “Primeiro, a lista fechada, na qual os partidos estabelecem a hierarquia de prioridades dos seus candidatos e os eleitores votam na lista partidária como um todo, sem poder alterar a sua ordem, ou seja, vota-se predominantemente no partido. Segundo, a lista semi-fechada ou flexível, na qual é apresentada uma ordem de prioridades pelos partidos, mas isto pode vir a ser alterado pelos eleitores no momento de votação, podendo estes últimos redefinir a prioridade dos nomes. Finalmente, há a lista aberta, na qual o partido só compõe um universo de nomes, sem ordem de prioridades formal, e o eleitor vota num único candidato, sem necessariamente ter de votar para a legenda partidária”.

Analisando os dados de arrecadação de campanha dos candidatos ao cargo de Deputado Federal e Estadual nas eleições brasileiras de 2006, Sacchet e Speck (2012) verificaram que as candidatas arrecadam menos recursos e, por conseguinte, obtêm um baixo desempenho nas urnas.

Por outro lado, a lista fechada só seria realmente vantajosa às mulheres no caso em que lhes fosse garantida paridade, em relação aos homens, naquelas posições em que há chance real de eleição, ou *safe seats*²⁶, de modo a evitar que fiquem relegadas às últimas colocações. Por isso, as cotas de gênero, quando adotadas para reservar posições elegíveis às mulheres, nas listas fechadas, têm sido consideradas mais eficazes (JONES, 2000; KROOK, 2010; SACCHET, 2011; HTUN, 2002).

Deste modo, tanto a lista aberta quanto a lista fechada não são suficientes para estabelecer algum padrão de competição. Em ambos os casos, para que as mulheres sejam favorecidas é preciso que existam mecanismos que possibilitem condições, em alguma medida, equânimes de disputa entre os gêneros, e essas ferramentas podem ser acionadas para todos os partidos pelas regras eleitorais e/ou podem ser instituídas pelos próprios partidos (NORRIS, 2013).

Em relação às regras do sistema eleitoral também incidem os tipos de cotas de gênero que podem ser adotadas. De acordo com Norris (2013), às “estratégias de discriminação positiva” estabelecidas de forma legal podem ser de duas naturezas: 1) reserva de vagas nas cadeiras do legislativo; 2) estabelecimento de percentual mínimo para cada sexo na composição das listas de candidatos. No primeiro método, mais comum na África do Sul e na Ásia muçulmana (NORRIS, 2013), é garantido que, pelo menos, o número mínimo de cadeiras preestabelecido para mulheres seja preenchido. Mas, segundo a Norris (2013), esse método tem recebido críticas e tem tido sua eficiência relativizada, pois, só em alguns casos, as vagas são preenchidas a partir do número de votos, enquanto que na maioria deles elas são definidas por indicação. Já na segunda estratégia, mais comum na América Latina e países europeus como Itália, França e Bélgica, não há garantias de que as mulheres sejam eleitas e, em alguns países, as cotas têm sido mais eficientes do que em outros. Mesmo assim, quando as listas são fechadas e as cotas de gênero são estabelecidas para as posições elegíveis, bem como quando há punições relevantes para o não

²⁶ *Safe seats* são as posições que compõem o topo nas listas partidárias. Na maioria dos casos elas coincidem com a quantidade cadeiras que o partido obteve na última eleição no parlamento.

cumprimento, os resultados costumam ser melhores, como no caso da Argentina²⁷ (NORRIS, 2013). Por outro lado, quando as listas são abertas e, também, quando não são previstas sanções importantes aos partidos, os resultados tendem a ser piores, tal como no Brasil (NORRIS, 2013).

No mesmo sentido, Htun afirma que:

A eficácia das cotas depende em larga medida da natureza do sistema eleitoral em cada país. As cotas funcionam de forma ideal em sistemas de RP [representação proporcional] de lista, em que a lei incube os partidos a colocarem as mulheres aspirantes em posições no topo das listas fechadas, excluindo a possibilidade de permanecer em posições decorativas e com pouca chance de serem eleitas²⁸ (HTUN, 2002, p. 34, tradução da autora).

Porém, de acordo com o levantamento apresentado por Norris (2013), em que são comparados os resultados eleitorais imediatos, antes

²⁷ Segundo Norris (2013, p. 22): “A primeira e mais eficaz lei (a Lei de Cupos) foi aprovada na Argentina em 1991, introduzindo um sistema obrigatório de cotas para todos os partidos que disputam as eleições nacionais para a Câmara dos Deputados – “as listas devem ter, como um mínimo, 30% de candidatas mulheres e em proporções com possibilidades de serem eleitas. Qualquer lista que não atenda esse requisito não será aprovada”. De modo mais importante, a lei estipula que as mulheres devem ser classificadas ao longo das listas partidárias, não condenadas aos finais das listas, onde as candidatas não encontram chances reais de serem eleitas. As listas partidárias que falham em cumprir a lei são rejeitadas [...] [e] o partido em questão não pode competir naquele distrito para a eleição ao Congresso [...]. Seguindo a implementação da lei, nas eleições para a Câmara de 1993, 21,3% (27 de 127) dos deputados eleitos eram mulheres, comparado com apenas 4,6% (6 de 130) nas eleições de 1991. Um década depois desse aumento, a proporção de mulheres na Câmara dos Deputados passara a 30,7% (79 de 257), colocando a Argentina em nono lugar da classificação mundial de representação de mulheres”.

²⁸ No original: *La efectividad de las cuotas depende en gran parte de la naturaleza del sistema electoral en cada país. Dichas cuotas funcionan de manera óptima en los sistemas de RP de lista cerrada, en los que la ley establece un mandato para que los partidos coloquen a las mujeres aspirantes en los primeros puestos dentro de las listas, excluyendo la posibilidad de que queden en puestos más bien decorativos y con pocas posibilidades de resultar elegidas.*

e depois das cotas, existem muitos casos de países que desviam dessa tendência, como do México e da Bolívia²⁹, que adotam listas fechadas e tiveram resultados ruins após a implementação das estratégias de discriminação positiva, e da Bélgica e Peru³⁰, que tiveram resultados mais satisfatórios mesmo com lista aberta.

A constatação de que no Brasil a elegibilidade de mulheres tem variabilidade entre os distritos, tanto em relação ao número de candidaturas, quanto ao número de eleitas, também indica que outros fatores interferem na possibilidade de sucesso eleitoral de mulheres, que apenas o tipo de lista (ARAÚJO e ALVES, 2007). Segundo Norris, as variações dentro de cada sistema eleitoral ocorrem porque “o diabo está nos detalhes e políticas legislativas aparentemente similares revelam-se acarretando consequências diferentes em diferentes nações” (2013, p. 21).

Por fim, do ponto de vista macroinstitucional, o sistema partidário também é tido como uma variável a ser considerada. Do mesmo modo que os sistemas proporcionais tendem a permitir que mais partidos participem da disputa política, geralmente estabelecendo padrões de competição pluripartidários, alguns autores têm defendido que a fragmentação partidária favorece a entrada de novos atores no cenário eleitoral (SAINSBURY, 1993 apud ARAÚJO, 2005). Contudo, também não há consenso que isso seja benéfico às mulheres. No caso nacional, tem-se aventado que a dificuldade das mulheres concorrerem em grandes distritos poderia estar relacionada com a alta fragmentação partidária, tal como aponta Araújo (2009), mas a autora discorda que o número de partidos na disputa atua como um obstáculo à eleição de mulheres, uma vez que a elevada fragmentação beneficia grupos *outsiders*.

Deste modo, em que pese ao sistema eleitoral e partidário, embora alguns autores tenham encontrado lastro empírico para estabelecer paralelos entre suas características e os resultados mais ou menos favoráveis às mulheres, certa cautela é necessária. Conforme Araújo argumenta, não há uma “relação automática de causa e efeito” (2005, p. 195) entre uma coisa e outra, por isso ela propõe que se leve

²⁹ Após a implementação das cotas a Bolívia contou com uma mulher a mais na Câmara e nenhuma no Senado (NORRIS, 2013).

³⁰ Com as cotas a Bélgica aumentou em 5 o número de mulheres na Câmara, e o Peru obteve mais 7 mulheres (NORRIS, 2013).

em consideração outros fatores³¹. Nesta pesquisa, sugere-se que a organização dos partidos também precisa entrar no cálculo.

Considera-se, acima de tudo, que as variáveis do sistema político são processadas no interior dos partidos políticos e que esses últimos dão respostas diferentes aos estímulos externos (BOLOGNESI, 2013). Essas respostas dependem de seus aspectos organizativos. Portanto, isso também deve ser relevante no que tange à inclusão de novos membros nas fileiras de candidatos, e estratégias para a conformação dos apelos à ampliação do contingente de mulheres em cargos eletivos, trazidos de forma mais contundente pelas cotas eleitorais. Na próxima seção será apresentado o tratamento dado pela literatura nesse sentido.

1.2 Seleção e eleição de mulheres e estrutura partidária

Embora com muitas imperfeições, os partidos políticos têm sido considerados o principal elo entre representantes e representados, ou entre o povo e o Estado, na democracia moderna, esta última entendida enquanto “regime em que os governantes são escolhidos pelos governados, por intermédio de eleições honestas e livres” (DUVERGER, 1980, p. 387). Porém, antes de os governantes serem escolhidos pelos eleitores, eles precisam ser escolhidos pelos partidos políticos. Sendo assim, esse processo é crucial tanto para as agremiações partidárias e os eleitores, quanto para aqueles que podem ou não virem a ser selecionados para pleitear um mandato eletivo.

O processo de seleção de candidatos tem sido considerado ponto privilegiado para se observar a distribuição de poder no interior dos partidos (SCHATTCHNEIDER, 2009), além de ser uma importante arena do conflito intrapartidário (GALLAGHER e MARSH, 1988). Quem controla o acesso dos aspirantes às listas de candidatos são, segundo Gallagher e Marsh, 1988, os *gatekeepers*, são eles que definem quem será ou não disponibilizado para o escrutínio dos eleitores, eliminando grande parte dos elegíveis:

³¹ A autora sugere que sejam considerados, também, os valores culturais, o desenvolvimento socioeconômico, bem como a influência da religião sobre a vida social. De certa forma os aspectos culturais foram observados, sobre as demais questões, estas não serão tratadas neste trabalho, mas sugere-se, a título de exemplo, ver a respeito da influência da religião Neiva (2008) e em relação ao nível de desenvolvimento econômico Miguel e Queiroz (2006).

[...] o acesso à elite política é controlado por uma série de "gatekeepers", e o portão mais estreito de todos é guardado pelos selecionadores de candidatos. Como Pesonen (1968: 348) aponta, 'a fase de nomeação elimina 99,96 por cento de todas as pessoas elegíveis. Os eleitores escolhem entre apenas 0,04%',³² (GALLAGHER e MARSH, 1988, p. 2, tradução da autora).

A maneira como ocorre a seleção de candidatos também revela o grau de democracia dentro dos partidos, podendo ser medida em termos de mais ou menos excludente (HAZAN e RAHAT, 2010). De acordo com Hazan e Rahat (2010) cada partido define quem pode selecionar, aspecto que revela a maior ou menor democratização da organização, e quem pode ser selecionado, podendo ser mais ou menos inclusivo.

No tocante à primeira questão, ela diz respeito aos *seletorate*, e está relacionada com a adoção de processos mais ou menos democráticos no interior dos partidos políticos. Os métodos que definem quem seleciona podem ser avaliados em termos de um *continuum* que vai de um extremo mais excludente em direção ao outro extremo mais inclusivo, podendo participar: 1) um único líder; 2) a elite do partido; 3) delegados do partido; 4) membros do partido; 5) eleitores (HAZAN e RAHAT, 2010). O processo também pode ocorrer em um único estágio, em vários estágios (multi-estágios) ou misturados.

Em relação a quem pode ser selecionado, esse aspecto está relacionado com as regras mais ou menos restritivas do sistema eleitoral, e dos partidos (NORRIS, 2013; HAZAN e RAHAT, 2010). As restrições do sistema eleitoral costumam ser baixas e variar pouco de um país para outro, sendo mais ou menos universais, tais como: idade, cidadania, histórico criminal, e, em alguns casos, depósitos financeiros a assinaturas de apoio (MASSICOTTE, BLAIS e YOSHINAKA 2004, apud NORRIS, 2013), delas geralmente resulta num grande número de potenciais elegíveis, englobando quase todos os eleitores (NORRIS, 2013; HAZAN e RAHAT, 2010). As regras dos partidos, por outro lado, são bem mais suscetíveis a variações e podem ser mais inclusivas ou mais excludentes (HAZAN e RAHAT, 2010).

³² No original: *access to any political elite is controlled by a series of 'gatekeepers', and the narrowest gate of all is that guarded by the candidate selectors. As Pesonen (1968: 348) points out, 'the nomination stage eliminates 99.96 percent of all the eligible people. The voters choose from only 0.04 percent.'*

Porém, por mais paradoxal que possa parecer, o processo de seleção mais democrático, em relação aos selecionadores, geralmente, é mais excludente em termos de quem pode ser selecionado (HAZAN e RAHAT, 2010; SACCHET, 2011; BOLOGNESI, 2013) o que resulta num quadro especialmente desfavorável para a candidatura de membros de minorias sociais³³, como as mulheres. Conforme argumentam Hazan e Rahat:

[...] quando os partidos permitem que os seus membros ou apoiantes produzam a lista de candidatos, o resultado pode ser listas não representativas, porque um vasto grupo de selecionadores não pode ser coordenado ou instruído a selecionar um grupo de candidatos socialmente (ou ideologicamente) representativo³⁴ (HAZAN e RAHAT, 2010, p. 114, tradução da autora).

Por outro lado, partidos organizados, com orientação mais normativa e burocrática, cujos números de selecionadores costumam ser menores, refletem num maior controle de oferta de candidatos, mas, também, pode oferecer maior equilíbrio nas nomeações favorecendo a adoção de estratégias inclusivas, especialmente em partidos ideologicamente orientados e de esquerda (HTUN, 2002).

Mas, a maneira como ocorre nomeação de candidatos varia consideravelmente, não somente em relação ao sistema político adotado em cada país, como também entre os diferentes partidos políticos dentro de uma nação.

Estudos sobre a seleção de candidatos nos partidos do Brasil têm evidenciado que não é possível encontrar um corpo de selecionares específico, mas uma combinação de vários tipos de nomeação de candidatos (BOLOGNESI, 2013, GUARNIERI, 2004; SACCHET, 2011). Segundo Sacchet: “o processo seletivo é efetivado em convenções partidárias, realizadas normalmente nos diferentes níveis de

³³ Minorias sociais não significam grupos menores em termos quantitativos, como é o caso das mulheres, mas os segmentos marginalizados dos processos decisórios.

³⁴ No original: *when parties allow their members or supporters to produce the list of candidates, the result could be unrepresentative lists, because such a vast selectorate cannot be coordinated or instructed to select a socially (or ideologically) representative group of candidates.*

sua estrutura organizativa, e podem ser mais ou menos inclusivos, dependendo da constituição partidária” (2011, p. 163).

Por outro lado, Álvares (2008), em análise sobre a centralização da seleção de candidatos, conclui que, no sistema brasileiro, prevalece a indicação por dirigentes partidários. Segundo a autora eles teriam preferência por aqueles que já têm carreira política e que são valorizadas pelo mercado eleitoral, os quais são, na maioria das vezes, homens. Assim, processos de decisão centralizados também podem ser excludentes, isso vai depender das preferências dos líderes selecionadores.

Os partidos têm sido, segundo Htun (2002), historicamente um obstáculo para o avanço da participação das mulheres na política. Mas, isso ocorre de igual forma em todos os partidos? Algumas postulações importantes foram realizadas pela literatura, em vistas de entender como as características das organizações partidárias influem na seleção de mulheres e, em última instância, na possibilidade maior ou menor sucesso eleitoral desse grupo. Nesse quesito, quatro aspectos têm sido considerados relevantes: 1) Ideologia; 2) Tamanho da agremiação; 3) Institucionalização interna; 4) Grau de centralização da seleção.

No tocante ao primeiro ponto, tem-se evidenciado que a ideologia dos partidos constitui aspecto importante para a promoção das mulheres dentro dessas organizações. De modo geral, estudos têm verificado que os partidos de esquerda oferecem melhores condições para a candidatura de grupos marginalizados, bem como de mulheres (NORRIS e LOVENDUSKI, 1995; HTUN 2002; ARAÚJO 2005; SACCHET, 2011). No mesmo sentido acrescenta Araújo:

No que diz respeito à dimensão ideológica, a literatura indica que o engajamento político das mulheres tem sido bem mais estimulado e, de certa forma, condicionado, pelos partidos de esquerda. O amplo estudo comparativo de Katz e Mair (1992), envolvendo 30 anos (1960-1990) de existência de organização de 79 partidos de democracias consideradas consolidadas, mostra que foram os partidos de esquerda os primeiros a incluir algum tipo de norma interna voltada para ampliar a participação das mulheres. Talvez seja por isso que, desde os primeiros anos analisados, esses partidos detivessem percentuais maiores de dirigentes e de representantes parlamentares.

Todos os estudos mais recentes corroboram essa tendência (ARAÚJO, 2005, p. 199)

Isso ocorreria porque, os partidos desse espectro, cuja ideologia exerce papel importante na estrutura interna, são mais suscetíveis aos apelos por igualdade, e tendem a ser mais favoráveis a essas demandas, mesmo que para a manutenção dos incentivos coletivos, conforme Sacchet:

[...]os partidos de esquerda defendem princípios igualitários, o que faria deles alvo mais fácil de crítica por inconsistência, favoreceria pressão de seus grupos internos de mulheres, ou, simplesmente, os tornaria mais propensos a aceitar, como legítimas, as demandas por ações em favor da igualdade de gênero (SACCHET, 2011, p. 163).

Contudo, a literatura também tem sustentado que as estratégias adotadas pelos partidos de esquerda, em prol da equidade de gênero, podem gerar “efeito contágio”, induzindo tanto os partidos de centro quanto os de direita a adotarem medidas similares para não sofrerem punições do eleitorado, qual seja perda de votos, especialmente das eleitoras (SACCHET, 2011; MATLAND, 2002; ARAÚJO, 2005). Mais especificamente ao que concerne às políticas internas dos partidos para a inclusão de mulheres nas listas de candidatura, segundo Matland (2002), elas são mais prováveis de serem adotadas, bem como de serem assimiladas pelas outras organizações, em sistemas de representação proporcional, ou seja, naqueles em que os partidos lançam mais de um candidato.

O peso do eleitorado feminino também pode levar os partidos a adotar discursos mais aberto às causas feministas, porém:

Esse efeito não necessariamente se reflete em níveis de compromissos idênticos entre as diversas organizações partidárias mas, de todo modo, obriga-as a assumir algum tipo de manifestação pública, formal ou efetiva. Até o final da década de 1990 constatava-se que, mesmo entre os partidos mais comprometidos com a incorporação das mulheres, as estratégias mais radicais eram aquelas voltadas para trazer mulheres para posições internas; quando se tratava de nomeá-las como candidatas, sobretudo ao

parlamento nacional, as estratégias tornavam-se menos radicais e mais diluídas (ARAÚJO, 2005, p. 199)

Medidas inclusivas, sem garantia de candidatura e investimentos para possibilitar o sucesso eleitoral, podem não passar de *estratégia retórica*, com baixa efetividade. Já as cotas voluntárias de gênero (inseridas dentro dos partidos), são mais comumente adotadas pelos partidos de esquerda e tendem a trazer resultados mais efetivos para a eleição de mulheres (NORRIS, 2013).

Junto com o perfil ideológico, em análise sobre os partidos nos países europeus, a IPU (1997 apud ARAÚJO, 2005) constatou que o tamanho³⁵ do partido também apresenta certos padrões em relação inclusão de mulheres. Verificou-se que os partidos de médio porte tendem a ser mais favoráveis para o êxito eleitoral desse grupo e, portanto, são mais propensos a promover candidaturas viáveis, do que os partidos muito pequenos ou muito grandes (ARAÚJO, 2005). Isso porque, os partidos grandes e mais consolidados costumam ser mais fechados a novos atores, e ter custo eleitoral de competição, entre os candidatos, mais elevado. Por outro lado, os partidos pequenos tendem a ser regionalizados e a eleger poucos candidatos, dando prioridade aos dirigentes, geralmente homens (ARAÚJO, 2005). Mesmo assim, se o partido for pequeno e novo ele pode dar mais chance às mulheres (ÁLVARES, 2008).

Já Alves e Araújo (2011), constataram que no Brasil as chances de uma mulher se eleger têm sido significativamente maiores nos quatro grandes partidos nacionais (PMDB, PT, PSDB e DEM), mas, segundo os autores, a chance é ainda maior se ela for uma candidata petista. Os partidos médios compõem o segundo grupo a eleger mais mulheres. Os partidos pequenos também elegem, mas como detêm bancada menor, elegem menos, ficando por último nesse quesito.

O tamanho e a consolidação dos partidos costumam estar relacionados com o grau de institucionalização dessas organizações. Nesse caso, ele é avaliado como aspecto interno aos partidos, tal como em Panebianco (2005), segundo o grau *autonomia* em relação às pressões externas e; *sistemicidade* (coerência) de seus procedimentos estruturais, ou, mais especificamente, conforme com Norris e Lovenduski (1995), enquanto a adoção maior ou menor de regras

³⁵ O tamanho do partido, ou magnitude partidária, é medida de acordo com o número de cadeiras que esses detêm no legislativo numa determinada eleição.

detalhadas, burocráticas, explícitas, padronizadas e documentadas, implementadas por funcionários autorizados do partido, independente de quem esteja em posição de poder. Assim, quanto mais um partido cumpre as medidas citadas acima, ou seja, quanto mais os processos de tomada de decisão são transparentes e bem delimitados, mais institucionalizado é o partido e, portanto, em sentido oposto, os partidos menos institucionalizados são aqueles cujas regras são pouco claras, muito instáveis e suscetíveis às interferências personalistas de seus membros.

Considerando esses fatores, os autores têm sustentado que partidos mais institucionalizados têm ambiente mais favorável à efetivação de políticas para mulheres (NORRIS e LOVENDUSKI, 1995; MATLAND, 2002; ARAÚJO, 2005), especialmente porque, a partir do estabelecimento de regras claras, permitem que os critérios de seleção sejam controlados em todas as instâncias (ARAÚJO, 2005), e também, como sugere Matland, “ao dispor de regras expressas e predeterminadas, oferecem às mulheres a oportunidade de desenvolver estratégias para aproveitá-las” ³⁶ (2002, p. 117, tradução da autora), além disso, os compromissos estabelecidos com esse grupo tendem a ser mais estáveis, perpetuando-se para além do momento eleitoral (ARAÚJO, 2005). Já os partidos menos institucionalizados, por terem regras pouco definidas e serem muito mais sujeitos às decisões personalizadas, tornam muito mais difícil a articulação de demandas e ação coletiva que tentem se sobrepor à direção partidária (ARAÚJO, 2005). Nessa direção, Araújo afirma que:

[...]nos partidos em que predominam a informalidade e a cultura das decisões mais personalizadas, tais processos tendem a ser relativamente fechados, passando ao largo da militância, ficando sob a responsabilidade de alguns dirigentes. Muitas vezes os critérios são claros para os dirigentes, mas raramente são explicitados para o conjunto do partido, podendo também variar bastante de uma eleição para outra. Nesse sentido, aqueles que não estão diretamente envolvidos nos centros de decisão possuem

³⁶ No original: *el disponer de reglas expresas y predeterminadas ofrece a la mujer la oportunidad de desarrollar estrategias para aprovecharlas.*

reduzida capacidade de interferência e disputa (ARAÚJO, 2005, p. 203).

Assim, os partidos menos institucionalizados, cujas regras são obscuras e tendem a privilegiar práticas mais clientelistas (NORRIS e LOVENDUSKI, 1995), costumam, de acordo com a literatura, ser mais hostis às políticas em prol dos novatos, e dentro deles as mulheres. Isso se dá uma vez que a abertura pode significar perda nos recursos seletivos dos dirigentes. Além disso, as regras existentes são facilmente desrespeitadas (MATLAND, 2002). Assim, eles também desencorajariam qualquer ação coordenada que visasse fomentar a participação das mulheres em todas as instâncias partidárias, inclusive nas listas de candidatura, e nas medidas para viabilização do sucesso eleitoral.

O último aspecto que tem sido mobilizado é o grau de centralização interna do processo de seleção de candidatos nos partidos políticos. A seleção mais centralizada é aquela em que os candidatos são definidos pela cúpula nacional da organização, e a menos centralizada, ou localizada, se dá quando os candidatos são escolhidos nas instâncias locais, pelos executivos; membros de facções; militantes de base e eleitores. (NORRIS e LOVENDUSKI, 1995). Diferente da institucionalização, não há consenso em relação a qual dos dois processos é melhor para a seleção de mulheres, isso porque, partidos com processos de decisão muito centralizados podem ser pouco maleáveis e sensíveis às reivindicações desse grupo, mas, por outro lado, os de ação mais localizada podem prezar por interesses paroquialistas, sendo menos propensos a articular ações com reflexo nacional. Nesse sentido, de acordo com Araújo:

Enquanto alguns autores tendem a ver no sistema descentralizado, desde que formal, mais chances de setores fora da elite partidária influenciarem os processos (NORRIS, 1996; MATLAND, 2002), outros autores (GUADAGNINI, 1993) observam que a existência de órgãos nacionais estruturados e com reconhecida direção sobre o corpo partidário, com critérios gerais a serem observados, em contraposição a partidos menos centralizados porque mais regionalizados, tenderia a ser fator importante para a movimentação interna desses setores que não compõem a elite dirigente. E isso tanto no sentido de superar os

interesses paroquiais que tendem a predominar nas decisões mais localizadas como nas possibilidades de implantação de políticas nacionais de ação afirmativa, já que muitas vezes essas lideranças são pouco sensíveis a ações que alterem as correlações de força já estabelecidas. De outra parte, partidos com alto grau de centralização podem ser pouco maleáveis às dinâmicas regionais e aos novos atores, inclusive às mulheres (ARAÚJO, 2005, p. 203-4)

Para compreender melhor a dinâmica dos processos de decisão dos partidos, e inferir sobre os acessos oferecidos às mulheres, os autores têm sugerido associar as duas dimensões anteriores (MATLAND, 2002; NORRIS e LOVENDUSKI, 1995). Conciliando: institucionalização e centralização, Norris e Lovenduski (1995), construíram uma tipologia capaz de abarcar quatro formas organizacionais de recrutamento e seleção nos partidos, conforme quadro abaixo:

Quadro 1: Tipos de recrutamento e seleção nos partidos políticos

	Decisão Centralizada	Decisões Locais
Regras Formais	Formal-centralizado	Formal-localizado
Regras Informais	Informal-centralizado	Informal-localizado

Fonte: autoria própria com base em Norris e Lovenduski (1995, p.199).

As autoras afirmam que, de acordo com essas classificações, os partidos que têm procedimentos de tipo *formal-localizado*, seriam mais favoráveis às mulheres, porque seriam mais abertos, porém, com regras bem definidas.

As questões apresentadas até aqui podem ser um bom ponto de partida para se pensar a baixa presença de mulheres no legislativo nacional, a partir do papel desempenhado pelos partidos enquanto selecionadores de mulheres.

Vale ressaltar que a análise das particularidades dos partidos na seleção de candidatos não costuma ser uma questão simples. O espectro ideológico, bem como a institucionalização devem ser pensados em termos de um *continuum*. Sendo assim, qualquer qualificação estática é arbitrária e, só pode ser bem compreendida enquanto tipo ideal. O

mesmo vale para democratização (quem seleciona) e inclusividade (quem é selecionado) interna aos partidos, ambas podem ir de um extremo mais excludente ao outro mais inclusivo. Já a centralização dos processos decisórios, pode ser mais ou menos localizada. A avaliação desses aspectos deve ocorrer de modo focalizado, considerando “um partido político específico, numa legislatura específica e num tempo específico” ³⁷ (HAZAN e RAHAT, 2010, p. 19, tradução de autora), englobando geralmente análise das regras formais (dos estatutos), aplicação de questionários para apreensão das regras informais, etc. Não será possível avaliar todas essas dimensões neste trabalho, e o que exigiria uma pesquisa bem mais extensa. Pretende-se, contudo, dar um passo nessa direção, a partir da exploração dados referentes à eleição, disponibilizados pelo TSE.

Para isso, no próximo capítulo, além de levantar algumas características do cenário político brasileiro, em relação às mulheres, serão apresentados alguns resultados relativos à eleição para a Câmara dos Deputados de 2014, a fim de traçar conclusões preliminares, e sugerir outras questões que podem ajudar a revelar um pouco mais sobre a participação dos partidos no atual quadro de sub-representação feminina.

³⁷ No original: *single party, in a particular country, at a specific time.*

CAPÍTULO II - CANDIDATURA E ELEIÇÃO DE MULHERES PELOS PARTIDOS NAS ELEIÇÕES DE 2014

A inserção das mulheres brasileiras na política tem sido um tema bastante discutido por causa da flagrante sub-representação desse grupo nas arenas político-institucionais. No país, elas correspondem à 50,8% da população³⁸, totalizavam 52,13%³⁹ do eleitorado em 2014, e somavam 44,5%⁴⁰ dos filiados a algum partido político em 2016, com tendências de crescimento⁴¹. Contudo, esses números decrescem significativamente à medida que nos aproximamos das áreas mais ativas da política eleitoral, como os cargos de liderança nos partidos políticos, as candidaturas aos cargos do legislativo e executivo, e ainda mais quando avaliamos o perfil daqueles que vencem o pleito eleitoral.

Segundo a IPU, o país ocupa a 154ª posição na classificação do percentual de presença de mulheres nas casas legislativas dos 193 países levantados. Em perspectiva comparada os números relativos a ocupação de mulheres nas cadeiras do Congresso Nacional se mostram críticos, inclusive quando se observa o desempenho de países do Oriente Médio, como a Arábia Saudita, que foi reconhecida como uma das nações com maior desigualdade de gênero⁴², de países africanos⁴³ e outros países da América Latina⁴⁴. Isso se dá mesmo depois de passados mais de vinte

³⁸ Segundo dados do relógio da população do Brasil, disponível em: <http://contrymeters.info/pt/Brazil>. Acesso em 02/07/2016.

³⁹ Segundo dados do TSE. Disponível em <://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Julho/presidente-do-tse-anuncia-aumento-de-5-17-do-eleitorado-brasileiro>. Acesso em 02/07/2016.

⁴⁰ Segundo dados do TSE. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Maio/tse-disponibiliza-dados-sobre-filiados-a-partidos-politicos-no-brasil>>. Acesso em: 16/12/2016.

⁴¹ Conforme dado disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/02/filiacao-de-mulheres-a-partidos-politicos-supera-a-de-homens-no-ultimo-ano>> Acesso em: 16/12/2016.

⁴² De acordo com FORUM (2016), Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/GGGR16/WEF_Global_Gender_Gap_Report_2016.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

⁴³ Uma exceção é Ruanda, que tem mantido uma maioria de mulheres no parlamento, resultado de lei de reserva de vagas e do genocídio de 1994 (MIGUEL, 2014).

⁴⁴ Na América Latina destacam-se a Bolívia, que no último levantamento da IPU (2016) estava com 53% de mulheres na Câmara Baixa. E a Argentina, como foi mencionado no primeiro capítulo.

anos da implementação das cotas de gênero, para as candidaturas nas competições proporcionais. Mas por que esse desempenho é tão baixo? Ou, o que dificulta o bom desempenho das mulheres na arena eleitoral?

É claro que essa não é uma pergunta fácil de responder. Como vimos no capítulo 1, existem fatores socioculturais, aspectos do sistema eleitoral e do sistema partidário que podem influir neste quadro, porém, como se tentou demonstrar, as respostas dadas nesse sentido não parecem dar conta da complexidade da questão. Como se sugeriu, durante este trabalho, acredita-se que aspectos da estrutura partidária podem ajudar a pensar a baixa presença de mulheres na arena política institucional, isso porque, é nos partidos⁴⁵ que se encontra o principal “portão” da seleção, e são eles que precisam acomodar os princípios pragmáticos em relação às eleições, e as pressões em relação à inserção de mulheres oficializadas pelas cotas. Sabe-se que, contudo, a análise das características interna dos partidos, especialmente em relação à coordenação da seleção de candidatos e estratégias eleitorais, envolvem regras formais e informais que orientam cada agremiação, a avaliação desses aspectos, junto com a institucionalização interna e o grau de centralização em que ocorre a escolha dos candidatos, cuja consideração exigiria um estudo empírico mais aprofundado. Porém, sem querer resolver o problema, e reconhecendo os limites desta pesquisa, será apresentado neste capítulo dados referentes à eleição de 2014, para a Câmara dos Deputados, a fim de trazer algumas considerações preliminares, em relação a como os partidos lidam com as cotas, e às particularidades dessas organizações em termos de candidatura e eleição de mulheres, como tamanho e ideologia.

2.1 Como os partidos lidam com as cotas?

Nas eleições para a Câmara dos Deputados de 2014, concorreram 32 partidos que registraram o total de 2.271 candidaturas femininas.

⁴⁵ É preciso informar, que, neste estudo, as coligações eleitorais não estão sendo levadas em consideração. Entende-se que, conforme Bolognesi (2013, p.24), “as alianças políticas podem fazer parte do cálculo para a seleção dos candidatos, mas a seleção é feita exclusivamente pelos partidos políticos como unidades autônomas e posteriormente à formação das listas eleitorais para disputa são costuradas as coligações. Ainda, o escopo de candidatos tanto de um partido único, quanto de partidos coligados é tão grande que permite que os partidos realizem procedimentos individuais independente de quem serão os seus coligados”.

Esse número trouxe um resultado simbólico para o pleito, porque, pela primeira vez o percentual de registro de candidatas atingiu mais de 30%, em termos totais. Este valor estaria dentro do previsto pelo artigo 10 §3º lei nº 9.504/1997⁴⁶, que institui as cotas de gênero, para as listas partidárias, dos que disputarão cargos eletivos nas instâncias proporcionais, ainda que o valor deva ser atingido por cada partido. Conforme podemos ver na tabela 2, quase todas as agremiações buscaram registrar percentual muito próximo daquele exigido pelas cotas.

O único partido que chegou mais longe foi o PSTU, com 47% de candidaturas femininas, o que não é exatamente uma vantagem, pois esse partido costuma ter desempenho eleitoral praticamente irrelevante, não sendo bem-sucedido na eleição nem de homens nem de mulheres.

⁴⁶ Em acórdão de 2012, referente ao REspe nº 2939, o TSE decidiu que caso o partido ou coligação não consigam atingir o percentual de 30% no registro de candidaturas femininas, deve ser reduzido o número de candidatos do sexo masculino até que o percentual se adeque ao previsto no artigo 10º da lei nº 9.504/1997.

Tabela 2: Registro de candidatura por gênero e partido político para Deputado Federal – Eleições de 2014

Partidos	Candidatas	Candidatos	Total	% Candidatas	% Candidatos
DEM	49	132	181	27	73
PC do B	32	52	84	38	62
PCB	22	37	59	37	63
PCO	2	9	11	18	82
PDT	98	226	324	30	70
PEN	93	203	296	31	69
PHS	99	205	304	33	67
PMDB	129	254	383	34	66
PMN	54	111	165	33	67
PP	58	131	189	31	69
PPL	22	47	69	32	68
PPS	36	92	128	28	72
PR	64	137	201	32	68
PRB	86	181	267	32	68
PROS	26	69	95	27	73
PRP	90	183	273	33	67
PRTB	65	188	253	26	74
PSB	126	290	416	30	70
PSC	62	129	191	32	68
PSD	53	125	178	30	70
PSDB	117	212	329	36	64
PSDC	70	157	227	31	69
PSL	84	131	215	39	61
PSOL	130	295	425	31	69
PSTU	42	47	89	47	53
PT	125	270	395	32	68
PT do B	77	173	250	31	69
PTB	84	186	270	31	69
PTC	79	161	240	33	67
PTN	46	92	138	33	67
PV	107	225	332	32	68
SD	44	116	160	28	73
Total	2271	4866	7137	32	68

Fonte: autoria própria a partir dos dados do TSE.

Os dados da tabela nos revelam algo sobre a coordenação da seleção de candidatos pelos partidos políticos. Apenas 6 (DEM, PPS, SD, PRTB PROS e PCO), das 32 agremiações que concorreram nas eleições, registraram menos de 30% de candidaturas femininas. Mesmo assim, somente o PCO não chegou nem perto deste percentual. Isso demonstra que a maioria dos partidos coordenou a escolha dos candidatos, pelo menos para tentar cumprir com a legislação. Além disso, os percentuais acima são referentes ao total de candidatos registrados pelos partidos em todos os estados, o que demonstra uma articulação dessas organizações em nível nacional, já que, quando analisamos as candidaturas lançadas nos estados, há uma grande oscilação do número de mulheres, conforme é possível verificar no anexo 1. Essa constatação coloca em xeque a tese de que os partidos políticos no Brasil teriam pouco controle sobre as candidaturas e de que elas seriam definidas em âmbito local (MAINWARING, 2001; SAMUELS, 2011), corroborando com a tese de Braga e Amaral (2013), Braga (2008), Bolognesi (2013), Guarnieri (2004), de que os partidos no país controlam onde e quais candidatos serão lançados, enquanto estratégia para obter ganhos eleitorais.

Apesar de percebermos tendência de os partidos buscarem atingir o mínimo de candidatura de mulheres exigido pela lei, será que só isso traz resultados? Segundo Norris (2013) e Htun (2002), alguns detalhes sobre a regulação de ação afirmativa de gênero no sistema eleitoral podem ser cabais no desenrolar do processo, gerando resultados muito diferentes, como, por exemplo, a presença ou tipo de sanções que são atribuídas em caso de descumprimento da legislação, que quando pouco rígidas podem permitir que os partidos contornem as regras, a fim de não prejudicarem suas estratégias eleitorais.

No Brasil a regulamentação das cotas para mulheres têm, pelo menos, quatro falhas importantes: 1) não estão previstas punições para os partidos que não lançarem o percentual de candidaturas femininas mínimas exigidas pela lei; 2) Não são estabelecidos mecanismos significativos de paridade de gênero para a disputa eleitoral, como equilíbrio no financiamento partidário, tempo de TV ou recursos outros; 3) Em acórdão de 2012, referente ao REspe nº 2939, o TSE definiu que os 30% se referem ao *registro* de candidaturas femininas. A palavra *registro* pode incentivar os partidos a apresentarem candidatas sem tomar os devidos cuidados para atender os requisitos legais para o deferimento destas, junto ao órgão competente⁴⁷; 4) Permite que sejam

⁴⁷ TSE ou TRE.

lançadas candidaturas até 150% acima do total de vagas disponíveis, o que dá uma margem muito grande para os partidos incluírem em suas listas candidaturas novas, sem oferecer chances reais de eleições, e sem precisar abrir mão dos quadros já consolidados (ARAÚJO, 2001).

Sobre as duas primeiras questões é preciso fazer algumas ressalvas. A lei nº 12.034 de 2009, que altera a lei nº 9.096 de 1995, obriga, no inciso V do artigo 44, que os partidos destinem pelo menos 5% dos seus recursos financeiros, recebidos por pessoas físicas e jurídicas “na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres”, ainda que sem especificar que tipos de programas de promoção e difusão seriam esses. Porém, neste caso esta lei prevê, no § 5º, que o partido que não cumprir a norma, terá que, “no ano subsequente, acrescer o percentual de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do Fundo Partidário para essa destinação, ficando impedido de utilizá-lo para finalidade diversa”. Já no inciso IV do artigo 45, que regula propaganda partidária gratuita, desta mesma lei, determina-se aos partidos “promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10% (dez por cento)”. Em caso de descumprimento deste artigo, o partido pode perder tempo, ou ter a transmissão da propaganda eleitoral cassada⁴⁸. Contudo, outras sanções não são estabelecidas em caso de descumprimento das cotas de candidatura, nem são previstas outras medidas para equilibrar a disputa entre homens e mulheres, em termos de recursos.

Como já se pôde assinalar, o montante de recursos destinados às campanhas reflete na chance de êxito dos candidatos. As mulheres têm tido financiamentos menores que os homens, não só em relação aos investimentos próprios, mas também dos partidos e iniciativas privadas (SACCHET E SPECK, 2012), esses dois últimos recursos podem ser manejados pelas agremiações partidárias, exceto o financiamento privado quando destinado diretamente ao candidato. Em pesquisa realizada junto aos candidatos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2010, Araújo e Borges (2012) verificaram que 80% dos entrevistados

⁴⁸ Entre as ações julgadas, os partidos que efetivamente sofreram punição foram o PSC – condenado à perda de 80 minutos na TV – e o PTB – com redução de 10 minutos de seu tempo de propaganda eleitoral. Tal informação foi obtida no site Gazeta Online da Globo. Disponível em: <http://www.gazetaonline.com.br/_conteudo/2014/02/noticias/politica/1480100-participacao-feminina-oito-partidos-punidos-por-nao-seguirem-a-lei.html>. Acesso em: 10 jan. 2017.

desconheciam os critérios utilizados pelos partidos para a distribuição dos recursos, o que sugere que o processo é centralizado pela direção partidária. Conforme demonstrou Santos (2014), em pesquisa também sobre as eleições 2010, para Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, os partidos políticos alocam mais recursos em candidatos que tiveram bom desempenho em pleitos anteriores, com vistas em manter uma “elite de candidatos”, o que significa distribuição desigual de incentivos seletivos, que prejudica os novos aspirantes aos cargos eletivos, dentre eles as mulheres.

Em relação aos registros das candidaturas, eles são de responsabilidade dos partidos⁴⁹. Sobre esse aspecto a eleição de 2014 traz um dado interessante. 19% das candidaturas de mulheres foram indeferidas⁵⁰, contra 9% dos homens, conforme mostra a tabela 3:

Tabela 3: Candidaturas indeferidas para Deputado Federal por gênero – Eleições 2014

Sexo	Total de candidaturas	Total de indeferimentos	% Entre o total de candidaturas por sexo	% Entre as indeferidas
Feminino	2271	421	19	48
Masculino	4866	461	9	52
Total	7137	882	28	100

Fonte: autoria própria a partir dos dados do TSE.

Ao atentarmos para esse quadro, ao que parece, os partidos estavam realmente mais preocupados em registrar as mulheres do que, de fato, em incluí-las na disputa, posto que isso exigiria que, pelo menos, as candidaturas fossem homologadas. Permitir que esse requisito mínimo não seja preenchido não deve ser apenas um descuido casual. Nesse sentido também argumenta Peixoto, Goulart e Silva (2016, p. 135): “Este fato necessita ser melhor investigado, mas à primeira vista parece ser mais uma evidência do pouco cuidado com os registros documentais pelos partidos”.

Se a suposição acima está correta, vale nos voltarmos para o percentual de candidatas indeferidas em cada partido (Tabela 4).

⁴⁹ De acordo com a lei 9.504 de 1997.

⁵⁰ Nos dados do TSE a situação das candidaturas recebem as seguintes classificações: deferido, deferido c, falecido, indeferido, não conhecido, renúncia. Na tabela foram contabilizadas apenas as candidaturas indeferidas e não conhecidas.

Tabela 4: Candidaturas para Deputado Federal indeferidas por partido – Eleições 2014

Partido	% Candidatas indeferidas	% Candidatos indeferidos	Tamanho
PTC	41	16	Pequeno
PSDC	34	13	Pequeno
PHS	32	20	Pequeno
PEN	32	15	Pequeno
PRP	28	9	Pequeno
PPL	27	13	NE
PRTB	25	14	Pequeno
PV	24	12	Pequeno
PR	23	7	Médio
PCB	23	11	NE
PSL	21	12	Pequeno
PT do B	21	14	Pequeno
DEM	20	14	Pequeno
PTN	20	12	Pequeno
PSC	19	9	Pequeno
PDT	17	8	Pequeno
PSD	17	3	Médio
PP	16	2	Médio
PT	14	2	Grande
PMDB	14	4	Grande
PSB	11	8	Médio
PSDB	11	5	Grande
PSOL	11	10	Pequeno
PRB	10	13	Pequeno
PTB	10	7	Pequeno
PC do B	9	4	Pequeno
PMN	9	10	Pequeno
PPS	8	3	Pequeno
PSTU	5	4	NE
SD	5	9	Pequeno
PROS	4	3	Pequeno
PCO	0	11	NE
Total	100	100	-

Fonte: autoria própria a partir dos dados do TSE.

* Para a classificação do tamanho do partido foi o utilizado como critério o número de cadeiras conquistadas na Câmara dos Deputados. Os partidos pequenos são aqueles que obtiveram menos de 5% das vagas, os médios são os que tiveram de 5% a 10% e os grandes são aqueles com mais de 10% das cadeiras legislativas.

NE = Não Elegeu.

Pode-se notar, na tabela acima, que as agremiações que tiveram mais problemas com o registro de mulheres foram as pequenas. Talvez, por falta de estrutura, elas tenham tido maior dificuldade para cumprir os requisitos, aparentemente de forma parecida com o que ocorreu na eleição de 2010, em que 29,7% das candidaturas femininas foram impugnadas (FEITOSA, 2012), segundo Feitosa (2012):

Os procedimentos formais e burocráticos foram, em grande medida, responsáveis por tamanho número de impugnações. Sem contarem com assessoria jurídica, seja para providenciar toda a documentação requisitada pelos tribunais, seja para interpor recursos e seguir na competição eleitoral, os critérios objetivos formais acabaram por inviabilizar muitas candidaturas. (FEITOSA, 2012, p.144)

Mesmo assim, o indeferimento das candidaturas femininas é uma constante na maioria dos partidos. Peixoto Goulart e Silva (2016) sugerem que isso ocorre porque, ao tentar a “todo custo lançar candidaturas para cumprir a legislação das cotas, os partidos podem ter realizado estratégias pouco criteriosas e o resultado foi o indeferimento de um grande número de candidaturas femininas” (p. 135).

Mas por que os partidos preferem perder votos e vagas, lançando candidaturas que podem sequer chegar a se consolidar, se não são previstas sanções legais para o não cumprimento das cotas? Em acórdão de 2012, referente ao REspe nº 2939, o TSE decidiu que os partidos que não conseguirem atingir o percentual de 30% no registro de candidaturas femininas, devem reduzir o número de candidatos do sexo masculino até que o percentual se adéque ao previsto no artigo 10º da lei nº 9.504/1995. Isso significa que aquelas agremiações que não atingirem o percentual de mulheres para o pleito eleitoral, teriam que abrir mão de candidaturas masculinas. Talvez, para evitar que isso ocorra, elas prefiram lançar candidatas inviáveis. Além disso, em todas as eleições são veiculadas várias notícias denunciando a falta de compromisso dos partidos com as cotas, o que pode causar má impressão junto ao eleitorado e, em tese, isso deveria preocupar essas organizações. Mesmo que ações nesse sentido se voltem apenas para os resultados mais aparentes, ou *pro forma* de acordo com Bolognesi (2012).

Dito isto, vejamos então como ficou o percentual de candidaturas aptas a concorrer pelo voto dos eleitores, para a Câmara Federal no pleito de 2014, em cada partido, na tabela 5.

Tabela 5: Candidaturas deferidas por gênero e partido político para Deputado Federal – Eleições de 2014

Partidos	Candidatas Deferidas	Candidatos Deferidos	Total	% Candidatas Deferidas	% Candidatos Deferidos
DEM	39	114	153	25	75
PC do B	29	50	79	37	63
PCB	17	33	50	34	66
PCO	2	8	10	20	80
PDT	81	209	290	28	72
PEN	63	172	235	27	73
PHS	67	165	232	29	71
PMDB	111	245	356	31	69
PMN	49	100	149	33	67
PP	49	128	177	28	72
PPL	16	41	57	28	72
PPS	33	89	122	27	73
PR	49	128	177	28	72
PRB	77	157	234	33	67
PROS	25	67	92	27	73
PRP	65	166	231	28	72
PRTB	49	161	210	23	77
PSB	112	266	378	30	70
PSC	50	118	168	30	70
PSD	44	121	165	27	73
PSDB	104	201	305	34	66
PSDC	46	136	182	25	75
PSL	66	115	181	36	64
PSOL	116	266	382	30	70
PSTU	40	45	85	47	53
PT	107	264	371	29	71
PT do B	61	149	210	29	71
PTB	76	173	249	31	69
PTC	47	135	182	26	74
PTN	37	81	118	31	69
PV	81	197	278	29	71
SD	42	105	147	29	71
TOTAL	1850	4405	6255	30	70

Fonte: autoria própria a partir dos dados do TSE.

Ao excluirmos as candidaturas inaptas, então o número de partidos que conseguiram atingir o percentual das cotas decresce consideravelmente. Se na tabela 2, apenas um quinto deles não tinha conseguido atingir os 30% de candidaturas femininas (no registro), na tabela acima eles somam mais da metade (19). Se considerarmos candidatas apenas as que tiveram o registro homologado pelo órgão

eleitoral, o que seria mais razoável, apesar de lei não ser bem clara em relação a esse ponto, então a maioria dos partidos não cumpriu com o requisito legal. Porém, é possível verificar um esforço da maioria das agremiações em atingir essa meta, o que resultou, no total geral, em 30% de candidatas aptas a concorrer.

Mesmo que o percentual de candidatura tenha sido relativamente alto, o número de deputadas eleitas cresceu de forma muito tímida, apenas 51 candidatas venceram a eleição, o que totaliza 9,9% do total de vagas na Câmara dos Deputados, e 6 cadeiras a mais em relação ao pleito anterior. Os resultados eleitorais apontam que a mera imposição do percentual de mulheres nas listas partidárias, pelas regras eleitorais, não tem surtido o efeito esperado, qual seja, aumentar a representação feminina.

Considera-se, que o aumento das mulheres nas listas partidárias têm se dado com a ampliação de candidaturas pequenas (FEITOSA, 2012). Além do alto índice de indeferimentos constatado (PEIXOTO, GOULART e SILVA, 2016; JUNCKES, ET. AL, 2015; FEITOSA, 2012), o pouco financiamento (JUNCKES, ET. AL, 2015) e o baixo número de votos recebidos por boa parte das candidatas, têm sido considerados indícios que os partidos têm lançado “laranjas”, ou seja, registrado mulheres apenas para cumprir o percentual das cotas⁵¹. De fato, em pesquisa realizada com membros dirigentes de 14 partidos no Rio de Janeiro e Ceará, por Barreira e Gonçalves (2012), essa prática é declarada como estratégia para o lançamento de mulheres.

Agora, todos os homens estão loucos para ter mulheres candidatas. Quando surgiu a obrigatoriedade, todo mundo correu mesmo. Aumentou o número de “laranjas”. Antes tinha “laranja” pra deixar a chapa bonita, mas em 2010 aumentou. Agora (para 2012) já estão tentando convencer as lideranças para se candidatar. E vai ter que mudar mesmo por causa dos 30%. Precisa

⁵¹ A título de exemplo, em 2014, Marco Aurélio de Melo, então presidente de TSE, fez a seguinte declaração: “Ocorre que nesse filtro para a escolha de candidatos, se escolhem candidatos que não vão figurar. Se escolhem verdadeiras ‘laranjas’, apenas para constar que estão atendendo à lei, mas não oferecem as condições de fato para isso”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1427790-tse-defende-punir-partidos-que-nao-cumprirem-cota-feminina-na-eleicao.shtml>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

colocar gente que tenha voto, senão se perdem 30% dos votos do partido, 30% do tempo de TV. De uma forma torta, a cota vai funcionar (representante de mulheres do PPS apud BARREIRA e GONÇALVES, 2012, p. 33)

O alto índice que candidaturas femininas inviáveis parece resultar da baixa disposição dos partidos em investir nas novatas, o que também reflete na vontade das mulheres se candidatarem. Os líderes dos partidos dizem ter dificuldades de preencher as vagas, pois não encontram mulheres interessadas em concorrer às eleições (BARREIRA e GONÇALVES, 2012). Por outro lado, no evento *Mais Mulher no Poder*, realizado pela Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres (CMPPM), em 2016, para discutir a situação das mulheres nos partidos de Santa Catarina, a maior queixa feita pelas participantes, que figuram os quadros partidários, é que a nomeação delas para o pleito eleitoral, de modo geral, só é considerada para completar as listas partidárias⁵², o que causa insatisfação e resistência entre o grupo. Além disso, em questionário aplicado pelo Senado Federal (2014), em âmbito nacional, revelou-se que, embora o percentual de mulheres que disseram estar dispostas a se candidatar tenha sido muito parecido ao dos homens – 62 e 66%, respectivamente, as entrevistadas disseram não fazê-lo por falta de apoio dos partidos.

Desse quadro, resulta baixa a possibilidade de alteração do *status quo* apenas pela exigência de participação feminina nas listas. Conforme aponta Pinheiro:

Cria-se, assim, um círculo vicioso, pois às mulheres não se dá espaço porque não têm capital político, e, sem esse espaço, elas não conseguirão o capital necessário para se fazerem notadas e reconhecidas nos partidos e, conseqüentemente, para garantirem presença nos canais formais de representação (PINHEIRO, 2016, p.44).

Tudo isso favorece para a inércia eleitoral, pois, aqueles que já foram testados, e foram bem-sucedidos, ou, os que fazem parte do corpo legislativo e querem se reeleger, possuem mais chances de apoio nos partidos. Como afirmam Araújo e Alves (2007): “Evidentemente, o peso

⁵² Neste evento, destinado a discutir a situação das mulheres nos partidos políticos, ocorrido na ALESC em março de 2016, e acompanhado pela autora, esta foi uma reclamação bastante recorrente.

do fator reeleição beneficia os homens que são maioria na Câmara dos Deputados e desfavorece as mulheres que buscam reverter a hegemonia masculina no Poder Legislativo” (p.548).

Assim, conforme diversos autores vêm demonstrando, a lei de cotas no Brasil tem tido eficiência muito baixa (BOLOGNESI, 2012; ARAÚJO, 2001; ALVES e ARAÚJO, 2007, SACCHET, 2011, etc.). Isso ocorre especialmente porque os partidos têm contornado a medida apresentando candidaturas femininas que, na prática, não são competitivas. Ou seja, regras institucionais que buscavam vencer as barreiras para a seleção de mulheres pelos partidos permitem que eles apenas registrem mais candidatas, e não busquem outros resultados. Desta forma, a apesar de as mulheres estarem crescendo no cenário político, a conjuntura é bastante adversa, especialmente quanto ao apoio dos partidos, ainda que elas possam ser eventualmente eleitas.

Vale ressaltar, que estamos avaliando as mulheres a partir da ótica dos *outsiders*, ou seja, enquanto grupo que está hegemonicamente fora da política institucional. Mas, é claro, também existem mulheres que conseguiram projeção social e angariaram alto capital político, construindo carreira eleitoral bastante sólida. Mesmo assim, elas constituem exceção e parecem confirmar a regra. Além disso, frequentemente se relaciona o êxito das mulheres na política com o capital familiar, enquanto: esposas, filhas, etc., de grandes políticos, mas, isso não parece ser um diferencial das mulheres porque é também muito comum entre os homens.

Até aqui pudemos ver como os partidos, em âmbito geral, têm lidado com o lançamento de candidaturas, a partir da intervenção das cotas. De certa forma, a obrigatoriedade da candidatura de mulheres apaga a maneira como os partidos atuavam em termos de inclusão ou exclusão desse grupo se não houvesse o artifício legal. Talvez, se olharmos para aquelas organizações que elegeram mulheres, tenhamos mais subsídio para avaliar quais ofereceram mais oportunidades para elas.

Contudo, sabe-se que a eleição de mulheres não depende só dos partidos, mas também do eleitorado. É comum inferir-se da baixa presença de mulheres na política, a preferência do eleitorado por homens, o que pode até mesmo influenciar os partidos a lançarem mais candidatos desse último grupo (Sacchet, 2011). Porém, constatados: o menor financiamento, e alta taxa de seleção apenas *pro forma*, e a falta de apoio partidário de modo geral, fica difícil avaliar se esse *gap* diz respeito à opção dos eleitores. Além disso, alguns estudos têm mostrado que a barreira para ascensão feminina na política não se encontra nos

eleitores, que inclusive se mostram dispostos a votar em mulheres (Htun, 2002) e, conforme pesquisa do Senado (2014), a maioria já o fez.

2.2 Eleição de mulheres por partido para a Câmara dos Deputados em 2014

Se as estruturas partidárias importam, como se tentou demonstrar no capítulo anterior, então resta saber por quais agremiações as mulheres se elegeram nas eleições de 2014. No pleito estudado, dos 32 partidos que concorreram às eleições para a Câmara dos Deputados, 17 elegeram mulheres e, dentre eles apenas 6 trouxeram mais de 2 novas parlamentares para a casa. Foram eles, PT (9), PMDB (7), PSB (5), PSDB (5), PCdoB (4) e PR (4), juntos e esses partidos compõem 67% da bancada feminina do congresso, pelos resultados eleitorais, conforme tabela 6:

Tabela 6: Eleitas por tamanho dos partidos – Eleições 2014

Partido	Candidatas	Eleitas	Candidatas/ Eleitas	% do total de eleitas	% de cadeiras na Câmara	Tamanho do Partido*
PT	125	9	13,89	17,6	13,2	Grande
PMDB	129	7	18,43	13,7	12,9	Grande
PSDB	117	5	23,40	9,8	10,5	Grande
PP	58	2	29,00	3,9	7,4	Médio
PSB	126	5	25,20	9,8	6,6	Médio
PR	64	4	16,00	7,8	6,6	Médio
PTB	84	2	42,00	3,9	4,9	Pequeno
PRB	86	2	43,00	3,9	4,1	Pequeno
DEM	49	1	49,00	2,0	4,1	Pequeno
PDT	98	1	98,00	2,0	3,7	Pequeno
PSC	62	2	31,00	3,9	2,5	Pequeno
PC do B	32	4	8,00	7,8	1,9	Pequeno
PPS	32	2	16,00	3,9	1,9	Pequeno
PV	107	1	107,00	2,0	1,6	Pequeno
PTN	46	2	23,00	3,9	0,8	Pequeno
PMN	54	1	54,00	2,0	0,6	Pequeno
PTC	79	1	79,00	2,0	0,4	Pequeno
Total	1348	51	26,43	100	84	-

Fonte: autoria própria a partir dos dados do TSE.

Em relação ao tamanho das agremiações, os dados coletados mostram que os partidos grandes PT, PMDB e PSDB, sozinhos elegeram 21 deputadas e lançaram, juntos, 371 candidatas. Dentre os partidos grandes, o que menos elegeu mulheres, PSDB, conseguiu cinco cadeiras para a bancada feminina. Já os partidos médios, PSB, PR e PP, elegeram 11 e lançaram 248 candidatas, sendo o PP o partido que obteve resultado mais baixo, com apenas duas deputadas. Os partidos pequenos, somados, elegeram 19 deputadas, eles também foram os que mais candidataram mulheres, 729, porém, totalizam maior número de

partidos, 11, portanto essa tendência é natural. Dentre os partidos “nanico” apenas o PCdoB elegeu mais de 2 mulheres.

Essas constatações corroboram com as evidências encontradas nas eleições de 2002 e 2006, por Araújo e Alves (2007), em relação à eleição de mulheres e tamanho das agremiações. Tanto nesta pesquisa, quanto na dos autores acima, o maior número de eleitas, em cada partido, encontra-se entre os partidos grandes, voltando o PCdoB a se destacar, enquanto partido pequeno que vêm historicamente elegendo percentual elevado de mulheres em relação a sua bancada. O fenômeno PCdoB o que nos leva a considerar, como a literatura já tem apontado, que a ideologia dos partidos também é um fator importante.

Na tabela 7 podemos avaliar como o espectro ideológico dos partidos influenciou a eleição de mulheres.

Tabela 7 – Eleitas por ideologia⁵³ - Eleições 2014

Partido	Candidatas	Eleitas	Candidatas/ Eleitas	Razão	% do total de eleitas	Ideologia*
PT	125	9	13,89	0,07	17,6	Esquerda
PSB	126	5	25,20	0,04	9,8	Esquerda
PC do B	32	4	8,00	0,13	7,8	Esquerda
PPS	32	2	16,00	0,06	3,9	Esquerda
PDT	98	1	98,00	0,01	2,0	Esquerda
PMN	54	1	54,00	0,02	2,0	Esquerda
PV	107	1	107,00	0,01	2,0	Esquerda
PMDB	129	7	18,43	0,05	13,7	Centro
PSDB	117	5	23,40	0,04	9,8	Centro
PR	64	4	16,00	0,06	7,8	Direita
PP	58	2	29,00	0,03	3,9	Direita
PRB	86	2	43,00	0,02	3,9	Direita
PSC	62	2	31,00	0,03	3,9	Direita
PTB	84	2	42,00	0,02	3,9	Direita
PTN	46	2	23,00	0,04	3,9	Direita
DEM	49	1	49,00	0,02	2,0	Direita
PTC	79	1	79,00	0,01	2,0	Indefinido
Total	1348	51	26,43	0,04	100	-

Fonte: autoria própria a partir dos dados do TSE.

A partir dos dados apresentados acima, podemos notar que os partidos que mais elegeram mulheres pertencem à esquerda do espectro

⁵³ As ideologias dos partidos foram classificadas de acordo com Carreirão (2006). Exceto PRB, PTN e PTC, que foram definidos de acordo com Perssinoto e Miríade (2009), e do PR, partido relativamente novo, de 2006, formado pela fusão do PL e do Prona que, por terem sido essas últimas agremiações consideradas de direita (Carreirão, 2006; Perssinoto e Miríade 2009), o PR também foi classificado nesse espectro.

ideológico, juntos elas foram responsáveis pela eleição de 45% da bancada feminina. Os partidos de direita tiveram resultados menores e elegeram 29,5% das mulheres, enquanto os partidos de centro trouxeram 23,5% das parlamentares.

Em relação ao número de candidatas que foram lançadas por cada agremiação para cada eleita, o PCdoB foi o partido que apresentou maior chance de êxito para as mulheres com 8 candidatas para cada eleita. O PT veio em segundo com quase 14 candidatas/eleitas. Em seguida vêm juntos o PPS, também de esquerda, e o PR, de direita, com uma eleita a cada 16 candidatas.

Podemos notar que o padrão observado nas eleições de 2014 coincide com a tendência apresentada pela literatura também em relação às oportunidades de entrada das mulheres na política e ideologia partidária. O PR aparece como destoante na relação candidatas/eleitas neste pleito, porém, diferente das demais agremiações, este não tem mantido resultados relevantes nas eleições de mulheres nos pleitos anteriores, o que pode configurar um resultado apenas contingente, contudo, seria preciso acompanhar o desempenho do partido nas próximas disputas para tirar uma análise mais conclusiva.

Em suma, na eleição de 2014, as mulheres tiveram mais chance de se eleger nos partidos grandes, o que sugere quadro diferente daquele encontrado em outros países, em que os partidos médios têm oferecido melhores resultados às mulheres (IPU, 1997 apud ARAÚJO, 2005). Por outro lado, os resultados do pleito reforçam a tendência encontrada por Araújo e Alves (2007). Quanto à ideologia partidária, verifica-se que o maior percentual de eleitas está nos partidos de esquerda, o que além de ser uma tendência esperada, encontra respaldo nas afirmativas feitas pela literatura que apontam no mesmo sentido. Porém, os resultados ainda são muito incipientes, e o número de mulheres eleitas é ainda bastantes baixo.

Após mais de vinte anos da implementação das cotas, fica difícil imaginar que haja alterações do quadro atual apenas a partir dessa medida legal. Contudo, quando os partidos apresentam comprometimento com a inclusão de mulheres, os efeitos sobre a representação desse grupo nos cargos eletivos costumam ser mais favoráveis (NORRIS, 2011). Deste modo, as medidas legais no sistema eleitoral, as quais precisam responder todos partidos, podem alterar as práticas de exclusão das mulheres exercida por essas agremiações, mesmo sem produzir resultados eleitorais efetivos, porque também podem ser contornadas, o que parece ser o caso nacional.

CONCLUSÃO

A sub-representação das mulheres na política institucional constitui, como se viu, um dos limites do projeto democrático que prevê igualdade na participação política entre os cidadãos. Em vistas de compreender variáveis influem sobre esse quadro, diferentes perspectivas foram focalizadas pela literatura, que recorreu a explicações que ora mobilizavam questões socioculturais, ora aspectos do sistema político. Os partidos, por sua vez, também foram considerados promotores das desigualdades de gênero na competição política, uma vez que apresentavam baixo contingente de mulheres nos cargos de direção e em suas listas de candidatos, ainda que, na maioria dos países, bem como no Brasil, a filiação feminina tenha se mantido relativamente alta.

Uma das medidas mais comuns, especialmente na América Latina, para ampliação das mulheres no cenário político-eleitoral, foi a adoção de cotas de gênero para a candidatura nas regras do sistema eleitoral. Mas, segundo Araújo (2005, p. 212):

[...] se as políticas de cotas contam e podem contribuir para ampliar a presença das mulheres nos partidos, quando se trata do momento da eleição, no caso brasileiro, essa contribuição tende a ficar condicionada à lógica do sistema eleitoral, bem como aos arranjos políticos oriundos dessa lógica.

Portanto, o percentual de candidaturas de mulheres que um partido apresenta pode não interferir na possibilidade de eleger mais ou menos mulheres. Isso porque, como foi mencionado, a seleção nos partidos são mediadas por padrões e perfis eleitorais já testados e/ou com capital eleitoral capazes de estar efetivamente na competição, favorecendo a tendência de inércia eleitoral que opera de modo desfavorável às mulheres no momento de distribuição de apoio e investimentos partidários.

Mesmo assim, as práticas distintas dos partidos, em relação aos apelos de inclusão de mulheres, parecem ser importantes de serem consideradas, a fim de não cairmos em determinismos pouco produtores. Nesse sentido, o tamanho dos partidos tem demonstrado interferir na chance de êxito eleitoral feminino, tendo os partidos grandes do Brasil oferecido maior oportunidades de obtenção de cargos

às mulheres. Além disso, como se tentou demonstrar, o desenho dos partidos alteram a capacidade de as mulheres inserirem-se em suas dinâmicas políticas e organizacionais, bem como a influência que elas podem exercer, como grupo de pressão interno, na definição das prioridades eleitorais, sentido em que diferenças ideológicas podem estabelecer certos padrões de ação e de compromisso nos partidos. Ou seja, a participação das mulheres nas agremiações partidárias, bem como a forma como as cotas têm sido incorporadas e efetivadas também dependem do comprometimento dos partidos com essas causas.

Na eleição para a Câmara dos deputados de 2014, o cumprimento do percentual das cotas parece ter sido o objetivo da maioria dos partidos, porém, esse dispositivo não tem aumentado o número de deputadas. No tocante ao sucesso eleitoral, além dos partidos grandes, os partidos de esquerda têm logrado maior êxito. Ainda que os resultados não sejam expressivos, eles podem, paulatinamente, gerar efeitos mais representativos, e influenciar outras agremiações, como afirma Htun:

Embora os partidos tenham historicamente dificultado o avanço das mulheres, essa situação começa a mudar, mesmo entre os partidos de direita. No entanto, o ritmo da mudança é lenta e oportunidades para as mulheres variam dependendo do partido. Dito isto, é importante observar que resta pendente uma análise de partido por partido sobre as oportunidades para as mulheres na América Latina⁵⁴ (HTUN, 2002, p. 30, tradução da autora).

Dada a importância dos partidos na seleção de candidatos, que inclusive no Brasil constitui monopólio dessas organizações, a ampliação da representação feminina no congresso nacional parece estar relacionada com os aspectos organizacionais dos partidos políticos. Nesse sentido, segundo Norris (2011), a adoção de cotas voluntárias para mulheres, ou seja, quando elas ocorrem no interior de cada partido,

⁵⁴ No original: *Si bien los partidos históricamente han obstaculizado el progreso de las mujeres, esta situación empieza a cambiar, incluso entre los partidos de derecha. Empero, el ritmo de cambio es lento y las oportunidades de las mujeres varían dependiendo del partido. Dicho esto, es importante anotar que queda pendiente de realizarse un análisis partido por partido sobre las oportunidades de las mujeres en América Latina.*

costumam trazer resultados mais efetivos do que as que são impostas pelo sistema eleitoral. Além disso, elas podem gerar “efeito contágio” nas outras agremiações, permitindo mudanças na elegibilidade de mulheres.

Novas pesquisas poderiam trazer subsídio para essa questão investigando os padrões de inclusão de mulheres na seleção de candidatos pelos partidos, e as políticas em prol da equidade de gênero que são adotadas no interior das agremiações brasileiras, tanto nas regras formais dos estatutos, quanto nas regras informais a partir, por exemplo, da aplicação de questionários, a fim de verificar a capacidade de influência dessas medidas nos resultados eleitorais.

REFERÊNCIAS:

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 895-939, 2008.

Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582008000400004&lng=en&nrm=iso>. accesson 03 Jan. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582008000400004>.

ALVES, J. E. D.; ARAÚJO, C. Participation of women in the elections 2002, 2006, and 2010. In: PIATTI-CROCKER, A. (Ed.). **Diffusion of gender quotas in Latin America and beyond: advances and setbacks in the last two decades**. New York: Peter Lang, 2011. v. 19. p. 70-97.

ARAÚJO, Clara. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, 2001. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582001000100006&lng=en&nrm=iso>. accesson 17 Jan. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582001000100006>.

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política** (24), p. 193-215, 2005.

ARAÚJO, Clara. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política** (2), p. 23-59, 2009.

ARAÚJO, Clara, e ALVES, José Eustáquio Diniz. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. **Dados** 50(3), p. 535-577, 2007.

ARAÚJO, Clara e DORIAM, Borges. O “gênero”, os “elegíveis” e os “não-elegíveis”: uma análise das candidaturas para a Câmara Federal em 2010. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (Org.). **Mulheres nas eleições 2010**. Rio de Janeiro: Abcp/secretaria de Políticas Para As Mulheres, 2012. Cap. 22. p. 139-165.

AVELAR, L. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da Unesp, 2001.

BARREIRA, Irllys e GONÇALVES, Danyelle N. “Presença” e “ausência” de candidatas: mapeando representação de dirigentes partidários. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (Org.). **Mulheres nas eleições 2010**. Rio de Janeiro: Abcp/secretaria de Políticas Para As Mulheres, 2012. Cap. 22. p. 139-165.

BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luis Felipe. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Estudos Feministas**: Florianópolis, v. 3, n. 18, p.653-679, set. 2010.

BOBBIO, Norberto. **Igualdade e Liberdade**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

BOLOGNESI, Bruno. A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral? 1. V.l. **Paraná eleitoral**: Paraná. 2012. p. 113-119.

BOLOGNESI, Bruno. **Caminhos para o poder: a seleção de candidatos a Deputado Federal nas eleições de 2010**. 2013. 229 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, UFSCar, São Carlos, 2013.

BORGES, Tiago DaherPadovezi. **Candidatos, partidos políticos e interesses empresariais: estudo sobre o financiamento empresarial de campanhas para Deputado Federal**. 2013. 182 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Usp, São Paulo, 2013.

BORGES, Tiago Daher P.; CARREIRÃO, Yan S.; NASCIMENTO, Fernanda P. Os partidos políticos brasileiros e a (in)consistência das coligações para Deputado Federal em 2014. In: KRAUSE, Silvana; MACHADO, Carlos M.; MIGUEL, Luis F. (org.) **Coligações e disputas eleitorais na Nova República**: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/Editora UNESP, 2016.

BRABO, Tânia S. A. M. **Gênero e poder local**. São Paulo: Humanitas. 2008.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; AMARAL, Oswaldo E. Implicações do processo de seleção de candidatos na competição partidárias: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**. v. 21, n. 46, p. 33-43, Jun. 2013.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. **Opin. Publica**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 454-485, Nov. 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Jan. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762008000200008>.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opin. Publica**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 136-163, May 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762006000100006&lng=en&nrm=iso>. access on 17 Jan. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762006000100006>.

CHILDS, Sarah. Representation: Why women's presence matters, in: **Women and British party politics**: descriptive, substantive and symbolic representation. New York: Taylor & Francis e-Library, 2008.

CODATO, Adriano; COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas. Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico. **Opin. Publica**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 346-362, Dec. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762014000300346&lng=en&nrm=iso>. access on 03 July 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912014203346>.

CODATO, Adriano; COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas (Eds.). Retratos da classe política brasileira. **Estudo de Ciência Política**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

DECLARAÇÃO e Plataforma de Ação. IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Pequim, 1995. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf> Acesso em: 15 de jan. de 2017.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

DUVERGER, Maurice. **Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FEITOSA, Fernanda. A participação política das mulheres nas eleições 2010: panorama geral de candidatos e eleitos. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (Org.). **Mulheres nas eleições 2010**. Rio de Janeiro: Abcp/secretaria de Políticas Para As Mulheres, 2012. Cap. 22. p. 139-165.

FORUM, World Economic. **The Global Gender Gap Report 2016**. 2016. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/GGGR16/WEF_Global_Gender_Gap_Report_2016.pdf>. Acessoem: 15 jan. 2017.

GALLAGHER, Michael e MARSH, Michael. **Candidate selection in comparative perspective: the secret garden of politics**. London: SagePublications. 1988.

GROSSI, Miriam Pilar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001.

GUARNIERI, Fernando. **PARTIDOS, SELEÇÃO DE CANDIDATOS E COMPORTAMENTO POLÍTICO**. 2004. 111 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Usp, São Paulo, 2004.

HAZAN, Reuven e RAHAT, Gideon. **Democracy within Parties**. Candidate Selection Methods and Their Political Consequences. New York: Oxford University Press. 2010.

HELD, David. **Modelos de Democracia**. 3. ed. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

HUNTINGTON, Samuel. **Political order in changing societies**. New Haven, CT: Yale University Press. 1968.

HTUN, Mala N. MUJERES Y PODER POLÍTICO EN LATINOAMÉRICA. In: INTERNATIONAL IDEA (Strömsborg). **Mujeres en el Parlamento: Más allá de los números**. Guatemala: Idea, 2002. Cap. 1. p. 19-43.

IPU. **Women in national parliaments**. 1997. Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif010197.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

IPU. **Women in nationalparliaments**. 2016. Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

JONES, M. P. El sistema de cuotas y la elección de las mujeres en América Latina: el papel fundamental del sistema electoral. In: RUIZ, P. S. (Ed.). **La democracia paritaria en la construcción europea**. Madrid: Coordinadora Española para el Lobby Europeo de Mujeres, 2000. p. 34-47.

JUNKES, Ivan Jairo, et al. Posicionamento das mulheres na rede de financiamento eleitoral e seu desempenho nas eleições de 2010 no Brasil: a dinâmica estrutural de exclusão e marginalização feminina no poder político. In: **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**. Ponta Grossa, vol. 6, n.1, 2015. p. 24-47.

KATZ, Richard, MAIR, Peter. "La supremacia del partido en las instituciones públicas: el cambio organizativo de los partidos en las democracias contemporaneas". In: MONTERO, J.R, GUNTHER, R., LINZ, J. **Partidos Políticos: viejos conceptos y nuevos retos**. Madrid: Editorial Trotta. 2007.

KROOK, M. L. Quotas for women in politics: gender and candidate selection reform worldwide. Oxford: Oxford University Press, 2010.

MANSBRIDGE, Jane. Should Blacks represent Blacks and Women represent Women? A contingent 'yes'. **JournalofPolitics**, v. 61, n. 3, p. 628-657, 1999. Disponível em: http://wapph.hks.harvard.edu/files/wapph/files/should_blacks_represent_black_and_women_represent_women_a_contingent_yes1.pdf Acesso em: 01 jul. 2016.

MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Rio de Janeiro/Porto Alegre: FGV/ Mercado Aberto, 2001.

MANSBRIDGE, Jane. “Feminism and Democracy” in Anne Phillips, *Feminism and politics*. Oxford-New York, Oxford University Press, 1998.

MATLAND, Richard E. **Estrategias para ampliar la participación femenina en el parlamento**. El proceso de selección de candidatos legislativos y los sistemas electorales. In: INTERNATIONAL IDEA (Strömsborg). **Mujeres en el Parlamento: Más allá de los números**. Guatemala: Idea, 2002. Cap. 3. p. 111-133.

MIGUEL, Felipe Miguel e QUEIROZ, Cristina Monteiro. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, p. 363-385, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014. Cap. 6. p. 93-108.

NEIVA, Pedro. Women in upper houses: a global perspective. **Braz. politicalsci. rev. (Online)**, Rio de Janeiro, v. 3, Selected Edition, 2008. Available from
<http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-38212008000100004&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Jan. 2017.

NORRIS, Pippa. RECRUTAMENTO POLÍTICO. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 46, p.11-32, jun. 2013.

NORRIS, Pippa e LOVENDUSKI, Joni. **Political Recruitment: Gender, Race and Class in the British Parliament**. Cambridge, Mass.: Cambridge University. 1995.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. Martins Fontes, 2005.

PATEMAN, Carole. **The sexual contract**. Cambridge/California: Polity Press/ Stanford University Press. 1988

PEIXOTO, Vitor de Moraes; GOULART, Nelson Luis Motta; SILVA, Gabriel Tisse da. Cotas e mulheres nas eleições legislativas de 2014. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. 32, p.126-144, 2016.

PERSINOTO Renato Monseff e MIRÍADE, Angel. Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 52, n. 2, 2009, p. 301-333.

PHILLIPS, Anne. **The politics of presence**. Oxford: Clarendon, 1998.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte**. 2006. 248 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PITKIN, Hanna. The concept of representation. Berkley: University of California Press, 1967.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, Ideologia e Composição Social – Um Estudo das Bancadas Partidárias na Câmara dos Deputados – Rio de Janeiro**, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2002.

RODRIGUES, L. M. **Mudanças na classe política brasileira**. São Paulo: Publi Folha, 2006.

SACCHET, Teresa. Partidos políticos e (sub)representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas. In: PAIVA, Denise. **Mulheres, política e poder**. Cênore Editorial: Goiânia. 2011.

SACCHET, T.; SPECK, B. W. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião Pública**, v. 18, n. 1, p. 177-197, 2012.

SAMUELS, David. Ambición Política, reclutamiento de candidatos y política legislativa en Brasil. **Post Data**, 16, n. 2, Oct. p. 281-307. 2011. SANTOS, Rodrigo Dolandeli dos. Partidos na arena eleitoral: o financiamento das listas de candidatos a deputado federal no Rio de Janeiro em 2010. **Paraná Eleitoral**, vol. 3, n. 1, p. 133-169. 2014.

SARTORI, Giovanni. **A Teoria da Democracia Revisada**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SCHATTSCHNEIDER, Elmer E. **Party Government: American Government in Action**. New York, Farrar and Rinehart, Inc. 1942.

SENADO FEDERAL. **Mulheres na Política**. Data Senado: Brasília. 2014.

TAROUCO, Gabriela da Silva. Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4. Brasília, jul-dez, p. 169-186. 2010.

TAROUCO, Gabriela da Silva e MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21 n. 45, p.149–165. 2013.

ZUCCO, Cesar Jr. Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: POWER Timothy e ZUCCO Cesar Jr., (eds). **O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 37–60. 2011.

ANEXO 1

Partido/ UF	Candidatas	% Candidatas	Candidatos	% Candidatos	Total	%Total
DEM	49	27%	132	73%	181	100%
AC	2	25%	6	75%	8	100%
AL		0%	4	100%	4	100%
AM		0%	1	100%	1	100%
AP	1	20%	4	80%	5	100%
BA	6	26%	17	74%	23	100%
CE	2	25%	6	75%	8	100%
DF		0%	1	100%	1	100%
ES	4	29%	10	71%	14	100%
GO	2	33%	4	67%	6	100%
MA		0%	2	100%	2	100%
MG	5	29%	12	71%	17	100%
MS	1	25%	3	75%	4	100%
MT	1	50%	1	50%	2	100%
PA	4	33%	8	67%	12	100%
PB	1	33%	2	67%	3	100%
PE		0%	1	100%	1	100%
PI	1	25%	3	75%	4	100%
PR		0%	4	100%	4	100%
RJ	9	29%	22	71%	31	100%
RN		0%	1	100%	1	100%
RO		0%	2	100%	2	100%
RR		0%	1	100%	1	100%
RS	1	33%	2	67%	3	100%
SC	1	33%	2	67%	3	100%
SE	2	67%	1	33%	3	100%
SP	5	31%	11	69%	16	100%
TO	1	50%	1	50%	2	100%
PC do B	32	38%	52	62%	84	100%
AC		0%	1	100%	1	100%

AM		0%	1	100%	1	100%
AP	2	50%	2	50%	4	100%
BA	1	33%	2	67%	3	100%
CE	1	25%	3	75%	4	100%
DF		0%	1	100%	1	100%
ES	1	50%	1	50%	2	100%
GO	1	100%		0%	1	100%
MA	4	36%	7	64%	11	100%
MG	2	50%	2	50%	4	100%
MS		0%	1	100%	1	100%
MT	1	33%	2	67%	3	100%
PA		0%	1	100%	1	100%
PB		0%	1	100%	1	100%
PE	1	50%	1	50%	2	100%
PI	1	50%	1	50%	2	100%
PR	2	33%	4	67%	6	100%
RJ	2	33%	4	67%	6	100%
RN	1	25%	3	75%	4	100%
RO	2	67%	1	33%	3	100%
RR	2	50%	2	50%	4	100%
RS	6	50%	6	50%	12	100%
SC	1	100%		0%	1	100%
SE	1	50%	1	50%	2	100%
SP		0%	4	100%	4	100%
PCB	22	37%	37	63%	59	100%
AL		0%	1	100%	1	100%
AM	1	50%	1	50%	2	100%
CE		0%	1	100%	1	100%
DF		0%	1	100%	1	100%
ES	1	50%	1	50%	2	100%
GO	1	100%		0%	1	100%
MA	1	20%	4	80%	5	100%
MG	3	30%	7	70%	10	100%

PA	1	50%	1	50%	2	100%
PE	2	40%	3	60%	5	100%
PI	1	25%	3	75%	4	100%
PR	1	50%	1	50%	2	100%
RJ	5	45%	6	55%	11	100%
RS		0%	1	100%	1	100%
SC	1	100%		0%	1	100%
SE	1	33%	2	67%	3	100%
SP	3	50%	3	50%	6	100%
TO		0%	1	100%	1	100%
PCO	2	18%	9	82%	11	100%
DF		0%	1	100%	1	100%
ES		0%	1	100%	1	100%
MG		0%	1	100%	1	100%
PB		0%	1	100%	1	100%
PI		0%	1	100%	1	100%
RJ		0%	1	100%	1	100%
SP	2	40%	3	60%	5	100%
PDT	98	30%	226	70%	324	100%
AC		0%	1	100%	1	100%
AL	1	50%	1	50%	2	100%
AM		0%	4	100%	4	100%
AP	5	50%	5	50%	10	100%
BA	3	33%	6	67%	9	100%
CE		0%	2	100%	2	100%
DF	3	27%	8	73%	11	100%
ES	3	21%	11	79%	14	100%
GO	1	100%		0%	1	100%
MA	12	50%	12	50%	24	100%
MG	14	30%	33	70%	47	100%
MS	1	25%	3	75%	4	100%
MT	1	25%	3	75%	4	100%
PA	5	31%	11	69%	16	100%

PB		0%	3	100%	3	100%
PE	2	50%	2	50%	4	100%
PI		0%	3	100%	3	100%
PR	6	29%	15	71%	21	100%
RJ	15	30%	35	70%	50	100%
RN	1	33%	2	67%	3	100%
RO		0%	3	100%	3	100%
RR	1	14%	6	86%	7	100%
RS	8	32%	17	68%	25	100%
SC		0%	2	100%	2	100%
SE	1	25%	3	75%	4	100%
SP	15	30%	35	70%	50	100%
PEN	93	31%	203	69%	296	100%
AL	1	50%	1	50%	2	100%
AM		0%	1	100%	1	100%
AP	2	50%	2	50%	4	100%
BA	15	38%	24	62%	39	100%
CE	2	22%	7	78%	9	100%
DF		0%	1	100%	1	100%
ES		0%	5	100%	5	100%
GO	1	20%	4	80%	5	100%
MA	4	31%	9	69%	13	100%
MG	2	14%	12	86%	14	100%
MS	1	100%		0%	1	100%
MT		0%	2	100%	2	100%
PA	6	50%	6	50%	12	100%
PI		0%	2	100%	2	100%
PR	5	38%	8	62%	13	100%
RJ	19	33%	38	67%	57	100%
RN	2	67%	1	33%	3	100%
RO		0%	2	100%	2	100%
RR		0%	1	100%	1	100%
RS	6	38%	10	63%	16	100%

SC		0%	1	100%	1	100%
SE	1	50%	1	50%	2	100%
SP	26	29%	65	71%	91	100%
PHS	99	33%	205	67%	304	100%
AC		0%	1	100%	1	100%
AL		0%	1	100%	1	100%
AM	1	33%	2	67%	3	100%
AP	1	100%		0%	1	100%
BA	4	40%	6	60%	10	100%
CE	1	50%	1	50%	2	100%
DF	3	60%	2	40%	5	100%
ES	1	50%	1	50%	2	100%
GO	7	37%	12	63%	19	100%
MA	2	50%	2	50%	4	100%
MG	6	33%	12	67%	18	100%
MS	5	45%	6	55%	11	100%
MT	1	11%	8	89%	9	100%
PA	2	29%	5	71%	7	100%
PB	1	50%	1	50%	2	100%
PE	2	20%	8	80%	10	100%
PI	3	30%	7	70%	10	100%
PR	2	18%	9	82%	11	100%
RJ	24	30%	56	70%	80	100%
RN	4	44%	5	56%	9	100%
RO	1	50%	1	50%	2	100%
RR		0%	1	100%	1	100%
RS	5	71%	2	29%	7	100%
SC		0%	1	100%	1	100%
SE	1	100%		0%	1	100%
SP	21	28%	54	72%	75	100%
TO	1	50%	1	50%	2	100%
PMDB	129	34%	254	66%	383	100%
AC	1	33%	2	67%	3	100%

AL	4	31%	9	69%	13	100%
AM	1	25%	3	75%	4	100%
AP	2	40%	3	60%	5	100%
BA	5	33%	10	67%	15	100%
CE	6	40%	9	60%	15	100%
DF	2	33%	4	67%	6	100%
ES	2	40%	3	60%	5	100%
GO	5	36%	9	64%	14	100%
MA	5	42%	7	58%	12	100%
MG	9	32%	19	68%	28	100%
MS	3	23%	10	77%	13	100%
MT	2	33%	4	67%	6	100%
PA	4	33%	8	67%	12	100%
PB	3	38%	5	63%	8	100%
PE	1	25%	3	75%	4	100%
PI	1	20%	4	80%	5	100%
PR	9	36%	16	64%	25	100%
RJ	12	36%	21	64%	33	100%
RN	1	33%	2	67%	3	100%
RO	3	27%	8	73%	11	100%
RR	1	50%	1	50%	2	100%
RS	9	30%	21	70%	30	100%
SC	4	31%	9	69%	13	100%
SE	1	33%	2	67%	3	100%
SP	31	34%	59	66%	90	100%
TO	2	40%	3	60%	5	100%
PMN	54	33%	111	67%	165	100%
AC	1	100%		0%	1	100%
AL	2	50%	2	50%	4	100%
AM	1	33%	2	67%	3	100%
AP	1	50%	1	50%	2	100%
BA		0%	1	100%	1	100%
CE	2	40%	3	60%	5	100%

DF	2	67%	1	33%	3	100%
ES	1	50%	1	50%	2	100%
GO		0%	1	100%	1	100%
MA	3	33%	6	67%	9	100%
MG	7	33%	14	67%	21	100%
MS	1	100%		0%	1	100%
MT	4	57%	3	43%	7	100%
PA		0%	6	100%	6	100%
PB	1	17%	5	83%	6	100%
PE	3	30%	7	70%	10	100%
PI	1	33%	2	67%	3	100%
PR		0%	4	100%	4	100%
RJ	6	38%	10	63%	16	100%
RN		0%	1	100%	1	100%
RO		0%	1	100%	1	100%
RR	2	50%	2	50%	4	100%
RS	2	40%	3	60%	5	100%
SC	2	33%	4	67%	6	100%
SE	3	33%	6	67%	9	100%
SP	8	25%	24	75%	32	100%
TO	1	50%	1	50%	2	100%
PP	58	31%	131	69%	189	100%
AC	2	29%	5	71%	7	100%
AL	4	44%	5	56%	9	100%
AM	1	100%		0%	1	100%
AP	2	50%	2	50%	4	100%
BA	2	29%	5	71%	7	100%
CE	2	40%	3	60%	5	100%
DF	1	33%	2	67%	3	100%
ES	2	33%	4	67%	6	100%
GO	1	25%	3	75%	4	100%
MA	1	17%	5	83%	6	100%
MG	2	22%	7	78%	9	100%

MS	2	33%	4	67%	6	100%
MT		0%	1	100%	1	100%
PA	1	50%	1	50%	2	100%
PB	2	40%	3	60%	5	100%
PE		0%	5	100%	5	100%
PI	1	50%	1	50%	2	100%
PR	2	33%	4	67%	6	100%
RJ	6	33%	12	67%	18	100%
RN	1	20%	4	80%	5	100%
RO	3	30%	7	70%	10	100%
RR	3	50%	3	50%	6	100%
RS	8	31%	18	69%	26	100%
SC	2	18%	9	82%	11	100%
SE	1	33%	2	67%	3	100%
SP	6	30%	14	70%	20	100%
TO		0%	2	100%	2	100%
PPL	22	32%	47	68%	69	100%
AC		0%	2	100%	2	100%
AL		0%	1	100%	1	100%
AP	1	33%	2	67%	3	100%
BA		0%	1	100%	1	100%
CE		0%	1	100%	1	100%
DF		0%	2	100%	2	100%
ES	1	100%		0%	1	100%
GO	1	100%		0%	1	100%
MA	1	20%	4	80%	5	100%
MG	4	33%	8	67%	12	100%
MS		0%	1	100%	1	100%
PA	1	25%	3	75%	4	100%
PB	1	25%	3	75%	4	100%
PE	4	67%	2	33%	6	100%
PI	2	40%	3	60%	5	100%
PR	1	33%	2	67%	3	100%

RJ	1	25%	3	75%	4	100%
RR		0%	2	100%	2	100%
RS	1	50%	1	50%	2	100%
SC		0%	1	100%	1	100%
SE	2	50%	2	50%	4	100%
SP	1	33%	2	67%	3	100%
TO		0%	1	100%	1	100%
PPS	36	28%	92	72%	128	100%
AC		0%	1	100%	1	100%
AL	3	50%	3	50%	6	100%
AM		0%	1	100%	1	100%
AP		0%	2	100%	2	100%
BA	3	43%	4	57%	7	100%
CE	2	50%	2	50%	4	100%
DF	2	50%	2	50%	4	100%
ES	1	33%	2	67%	3	100%
GO		0%	1	100%	1	100%
MA	1	33%	2	67%	3	100%
MG	7	30%	16	70%	23	100%
MS	1	33%	2	67%	3	100%
PA	1	25%	3	75%	4	100%
PB		0%	1	100%	1	100%
PE		0%	1	100%	1	100%
PI	1	50%	1	50%	2	100%
PR	2	25%	6	75%	8	100%
RJ	2	11%	16	89%	18	100%
RN		0%	2	100%	2	100%
RR	2	40%	3	60%	5	100%
RS	2	25%	6	75%	8	100%
SC	1	50%	1	50%	2	100%
SE		0%	3	100%	3	100%
SP	5	33%	10	67%	15	100%
TO		0%	1	100%	1	100%

PR	64	32%	137	68%	201	100%
AC		0%	1	100%	1	100%
AL	1	50%	1	50%	2	100%
AM	1	50%	1	50%	2	100%
AP		0%	2	100%	2	100%
BA	2	33%	4	67%	6	100%
CE	2	25%	6	75%	8	100%
DF	1	17%	5	83%	6	100%
ES	4	36%	7	64%	11	100%
GO	1	100%		0%	1	100%
MA	1	17%	5	83%	6	100%
MG	1	13%	7	88%	8	100%
MS	1	50%	1	50%	2	100%
MT	1	25%	3	75%	4	100%
PA	2	50%	2	50%	4	100%
PB	1	50%	1	50%	2	100%
PE	2	33%	4	67%	6	100%
PI		0%	1	100%	1	100%
PR		0%	3	100%	3	100%
RJ	26	35%	49	65%	75	100%
RN	1	100%		0%	1	100%
RO		0%	2	100%	2	100%
RR	1	33%	2	67%	3	100%
RS	1	50%	1	50%	2	100%
SC		0%	1	100%	1	100%
SE	2	100%		0%	2	100%
SP	11	31%	25	69%	36	100%
TO	1	25%	3	75%	4	100%
PRB	86	32%	181	68%	267	100%
AC		0%	1	100%	1	100%
AL	4	36%	7	64%	11	100%
AM	3	75%	1	25%	4	100%
AP		0%	1	100%	1	100%

BA	2	33%	4	67%	6	100%
CE	1	33%	2	67%	3	100%
DF		0%	2	100%	2	100%
ES	2	33%	4	67%	6	100%
GO		0%	1	100%	1	100%
MA		0%	3	100%	3	100%
MG	5	38%	8	62%	13	100%
MS		0%	3	100%	3	100%
MT	1	33%	2	67%	3	100%
PA	5	71%	2	29%	7	100%
PB		0%	3	100%	3	100%
PE	6	75%	2	25%	8	100%
PI	1	33%	2	67%	3	100%
PR	2	33%	4	67%	6	100%
RJ	20	30%	47	70%	67	100%
RN		0%	2	100%	2	100%
RO		0%	1	100%	1	100%
RR		0%	3	100%	3	100%
RS	1	33%	2	67%	3	100%
SC	1	33%	2	67%	3	100%
SE	1	50%	1	50%	2	100%
SP	31	31%	70	69%	101	100%
TO		0%	1	100%	1	100%
PROS	26	27%	69	73%	95	100%
AC		0%	1	100%	1	100%
AL		0%	1	100%	1	100%
AM	1	50%	1	50%	2	100%
AP		0%	4	100%	4	100%
BA	2	67%	1	33%	3	100%
CE	2	22%	7	78%	9	100%
DF		0%	1	100%	1	100%
ES		0%	1	100%	1	100%
GO	1	25%	3	75%	4	100%

MA		0%	3	100%	3	100%
MG	3	43%	4	57%	7	100%
MS		0%	3	100%	3	100%
MT	3	27%	8	73%	11	100%
PA	1	33%	2	67%	3	100%
PB	3	50%	3	50%	6	100%
PE		0%	1	100%	1	100%
PI		0%	1	100%	1	100%
PR		0%	1	100%	1	100%
RJ	1	11%	8	89%	9	100%
RN	2	67%	1	33%	3	100%
RO	2	67%	1	33%	3	100%
RR		0%	3	100%	3	100%
RS	1	33%	2	67%	3	100%
SE	1	50%	1	50%	2	100%
SP	3	30%	7	70%	10	100%
PRP	90	33%	183	67%	273	100%
AC		0%	1	100%	1	100%
AL		0%	1	100%	1	100%
AM	4	29%	10	71%	14	100%
AP		0%	1	100%	1	100%
BA	3	19%	13	81%	16	100%
CE		0%	3	100%	3	100%
DF		0%	1	100%	1	100%
ES	9	36%	16	64%	25	100%
GO	1	14%	6	86%	7	100%
MA	2	33%	4	67%	6	100%
MG	4	40%	6	60%	10	100%
MS	3	30%	7	70%	10	100%
MT	1	50%	1	50%	2	100%
PA	1	25%	3	75%	4	100%
PB	2	40%	3	60%	5	100%
PE	4	40%	6	60%	10	100%

PI	3	33%	6	67%	9	100%
PR	1	33%	2	67%	3	100%
RJ	19	42%	26	58%	45	100%
RN		0%	1	100%	1	100%
RO	1	100%		0%	1	100%
RR	2	40%	3	60%	5	100%
RS	2	33%	4	67%	6	100%
SC	6	38%	10	63%	16	100%
SE	1	50%	1	50%	2	100%
SP	21	31%	46	69%	67	100%
TO		0%	2	100%	2	100%
PRTB	65	26%	188	74%	253	100%
AL	5	26%	14	74%	19	100%
AP		0%	4	100%	4	100%
BA	7	23%	23	77%	30	100%
CE	2	40%	3	60%	5	100%
DF	3	43%	4	57%	7	100%
ES	1	17%	5	83%	6	100%
GO		0%	8	100%	8	100%
MA	3	23%	10	77%	13	100%
MG	1	11%	8	89%	9	100%
MS		0%	2	100%	2	100%
MT		0%	1	100%	1	100%
PA	3	38%	5	63%	8	100%
PB	1	17%	5	83%	6	100%
PE	2	20%	8	80%	10	100%
PR	5	45%	6	55%	11	100%
RJ	7	17%	35	83%	42	100%
RN		0%	1	100%	1	100%
RO	1	100%		0%	1	100%
RR	1	33%	2	67%	3	100%
RS	5	33%	10	67%	15	100%
SC	1	100%		0%	1	100%

SE	3	33%	6	67%	9	100%
SP	12	31%	27	69%	39	100%
TO	2	67%	1	33%	3	100%
PSB	126	30%	290	70%	416	100%
AC		0%	1	100%	1	100%
AL	2	50%	2	50%	4	100%
AM	2	40%	3	60%	5	100%
AP	1	50%	1	50%	2	100%
BA	7	39%	11	61%	18	100%
CE	9	31%	20	69%	29	100%
DF	3	30%	7	70%	10	100%
ES	5	25%	15	75%	20	100%
GO	1	17%	5	83%	6	100%
MA	5	42%	7	58%	12	100%
MG	19	34%	37	66%	56	100%
MS	3	75%	1	25%	4	100%
MT		0%	4	100%	4	100%
PA		0%	4	100%	4	100%
PB		0%	6	100%	6	100%
PE	4	29%	10	71%	14	100%
PI		0%	4	100%	4	100%
PR	12	31%	27	69%	39	100%
RJ	9	27%	24	73%	33	100%
RN	1	50%	1	50%	2	100%
RO		0%	1	100%	1	100%
RR	1	33%	2	67%	3	100%
RS	11	31%	24	69%	35	100%
SC	4	40%	6	60%	10	100%
SE		0%	2	100%	2	100%
SP	26	29%	63	71%	89	100%
TO	1	33%	2	67%	3	100%
PSC	62	32%	129	68%	191	100%
AC	1	100%		0%	1	100%

AL		0%	1	100%	1	100%
AM	1	100%		0%	1	100%
AP	4	50%	4	50%	8	100%
BA	4	33%	8	67%	12	100%
CE	2	29%	5	71%	7	100%
DF	1	33%	2	67%	3	100%
ES	1	33%	2	67%	3	100%
GO	5	50%	5	50%	10	100%
MA	2	50%	2	50%	4	100%
MG	6	27%	16	73%	22	100%
MS	1	33%	2	67%	3	100%
MT		0%	1	100%	1	100%
PA	1	50%	1	50%	2	100%
PB		0%	1	100%	1	100%
PE		0%	1	100%	1	100%
PI	1	50%	1	50%	2	100%
PR	6	38%	10	63%	16	100%
RJ		0%	8	100%	8	100%
RN		0%	2	100%	2	100%
RO		0%	1	100%	1	100%
RR	2	40%	3	60%	5	100%
RS	5	36%	9	64%	14	100%
SC	1	33%	2	67%	3	100%
SE		0%	2	100%	2	100%
SP	18	32%	39	68%	57	100%
TO		0%	1	100%	1	100%
PSD	53	30%	125	70%	178	100%
AC	2	50%	2	50%	4	100%
AL		0%	2	100%	2	100%
AM	1	20%	4	80%	5	100%
AP	3	33%	6	67%	9	100%
BA	5	42%	7	58%	12	100%
CE		0%	4	100%	4	100%

DF		0%	1	100%	1	100%
ES	1	33%	2	67%	3	100%
GO	1	20%	4	80%	5	100%
MA	3	50%	3	50%	6	100%
MG	5	36%	9	64%	14	100%
MS	1	17%	5	83%	6	100%
MT	6	40%	9	60%	15	100%
PA	1	25%	3	75%	4	100%
PB	2	50%	2	50%	4	100%
PE		0%	1	100%	1	100%
PI	1	33%	2	67%	3	100%
PR	3	27%	8	73%	11	100%
RJ	5	24%	16	76%	21	100%
RN	2	40%	3	60%	5	100%
RO		0%	1	100%	1	100%
RR		0%	1	100%	1	100%
RS		0%	6	100%	6	100%
SC	3	38%	5	63%	8	100%
SE		0%	3	100%	3	100%
SP	8	35%	15	65%	23	100%
TO		0%	1	100%	1	100%
PSDB	117	36%	212	64%	329	100%
AC	1	20%	4	80%	5	100%
AL	5	36%	9	64%	14	100%
AM		0%	1	100%	1	100%
AP	2	33%	4	67%	6	100%
BA	2	20%	8	80%	10	100%
CE	3	33%	6	67%	9	100%
DF	5	33%	10	67%	15	100%
ES	3	33%	6	67%	9	100%
GO	7	39%	11	61%	18	100%
MA	2	50%	2	50%	4	100%
MG	13	42%	18	58%	31	100%

MS	4	44%	5	56%	9	100%
MT	4	50%	4	50%	8	100%
PA	9	45%	11	55%	20	100%
PB	2	40%	3	60%	5	100%
PE		0%	4	100%	4	100%
PR	2	25%	6	75%	8	100%
RJ	17	38%	28	62%	45	100%
RN		0%	1	100%	1	100%
RO	4	67%	2	33%	6	100%
RR	1	33%	2	67%	3	100%
RS	6	33%	12	67%	18	100%
SC	5	31%	11	69%	16	100%
SE	1	20%	4	80%	5	100%
SP	19	32%	40	68%	59	100%
PSDC	70	31%	157	69%	227	100%
AC		0%	1	100%	1	100%
AL		0%	2	100%	2	100%
AM		0%	1	100%	1	100%
AP	4	57%	3	43%	7	100%
BA	1	14%	6	86%	7	100%
CE		0%	4	100%	4	100%
DF	2	33%	4	67%	6	100%
ES	1	25%	3	75%	4	100%
GO	4	44%	5	56%	9	100%
MA	3	25%	9	75%	12	100%
MG	3	21%	11	79%	14	100%
MS	1	33%	2	67%	3	100%
MT		0%	1	100%	1	100%
PB		0%	1	100%	1	100%
PE	2	40%	3	60%	5	100%
PI	1	100%		0%	1	100%
PR	8	47%	9	53%	17	100%
RJ	18	31%	41	69%	59	100%

RN	1	33%	2	67%	3	100%
RO		0%	1	100%	1	100%
RR		0%	2	100%	2	100%
SC		0%	1	100%	1	100%
SP	19	32%	41	68%	60	100%
TO	2	33%	4	67%	6	100%
PSL	84	39%	131	61%	215	100%
AC	1	100%		0%	1	100%
AM		0%	1	100%	1	100%
BA	3	30%	7	70%	10	100%
CE	1	33%	2	67%	3	100%
DF		0%	1	100%	1	100%
ES	3	50%	3	50%	6	100%
GO	3	33%	6	67%	9	100%
MA	7	30%	16	70%	23	100%
MG	12	40%	18	60%	30	100%
MS	6	55%	5	45%	11	100%
MT	1	100%		0%	1	100%
PA	2	33%	4	67%	6	100%
PB	1	33%	2	67%	3	100%
PE	6	46%	7	54%	13	100%
PI	2	50%	2	50%	4	100%
PR	1	33%	2	67%	3	100%
RJ	20	40%	30	60%	50	100%
RN	3	50%	3	50%	6	100%
RO	1	100%		0%	1	100%
RS		0%	2	100%	2	100%
SE	1	100%		0%	1	100%
SP	10	34%	19	66%	29	100%
TO		0%	1	100%	1	100%
PSOL	130	31%	295	69%	425	100%
AC	1	33%	2	67%	3	100%
AL	2	40%	3	60%	5	100%

AM	3	38%	5	63%	8	100%
AP	3	25%	9	75%	12	100%
BA	14	35%	26	65%	40	100%
CE	5	33%	10	67%	15	100%
DF	4	31%	9	69%	13	100%
ES	2	33%	4	67%	6	100%
GO	2	40%	3	60%	5	100%
MA	2	40%	3	60%	5	100%
MG	4	27%	11	73%	15	100%
MS	2	33%	4	67%	6	100%
MT	2	33%	4	67%	6	100%
PA	6	26%	17	74%	23	100%
PB	3	38%	5	63%	8	100%
PE	4	40%	6	60%	10	100%
PI	2	50%	2	50%	4	100%
PR	5	31%	11	69%	16	100%
RJ	16	31%	36	69%	52	100%
RN	4	31%	9	69%	13	100%
RO	2	50%	2	50%	4	100%
RR	1	100%		0%	1	100%
RS	11	31%	25	69%	36	100%
SC	3	38%	5	63%	8	100%
SE	2	22%	7	78%	9	100%
SP	23	24%	72	76%	95	100%
TO	2	29%	5	71%	7	100%
PSTU	42	47%	47	53%	89	100%
AL		0%	1	100%	1	100%
AM	1	50%	1	50%	2	100%
AP	1	50%	1	50%	2	100%
BA	1	50%	1	50%	2	100%
CE	3	30%	7	70%	10	100%
DF	1	50%	1	50%	2	100%
GO		0%	1	100%	1	100%

MA	2	50%	2	50%	4	100%
MG	7	33%	14	67%	21	100%
MS	1	50%	1	50%	2	100%
PA	4	80%	1	20%	5	100%
PE	1	50%	1	50%	2	100%
PI	2	67%	1	33%	3	100%
PR	1	50%	1	50%	2	100%
RJ	1	33%	2	67%	3	100%
RN	2	40%	3	60%	5	100%
RO		0%	2	100%	2	100%
RR		0%	1	100%	1	100%
RS	2	40%	3	60%	5	100%
SC	1	50%	1	50%	2	100%
SE	1	100%		0%	1	100%
SP	10	91%	1	9%	11	100%
PT	125	32%	270	68%	395	100%
AC	6	55%	5	45%	11	100%
AL		0%	1	100%	1	100%
AM	3	43%	4	57%	7	100%
AP	2	40%	3	60%	5	100%
BA	6	27%	16	73%	22	100%
CE	3	30%	7	70%	10	100%
DF	5	45%	6	55%	11	100%
ES	5	50%	5	50%	10	100%
GO	3	38%	5	63%	8	100%
MA	8	30%	19	70%	27	100%
MG	9	24%	29	76%	38	100%
MS	3	43%	4	57%	7	100%
MT	1	33%	2	67%	3	100%
PA	2	25%	6	75%	8	100%
PB	2	22%	7	78%	9	100%
PE		0%	8	100%	8	100%
PI	2	29%	5	71%	7	100%

PR	6	30%	14	70%	20	100%
RJ	15	33%	31	67%	46	100%
RN	1	14%	6	86%	7	100%
RO	5	38%	8	62%	13	100%
RR	2	40%	3	60%	5	100%
RS	6	32%	13	68%	19	100%
SC	6	33%	12	67%	18	100%
SE	1	20%	4	80%	5	100%
SP	23	33%	46	67%	69	100%
TO		0%	1	100%	1	100%
PT do B	77	31%	173	69%	250	100%
AC	1	50%	1	50%	2	100%
AL	2	100%		0%	2	100%
AM	1	100%		0%	1	100%
AP		0%	2	100%	2	100%
BA	2	17%	10	83%	12	100%
CE	1	25%	3	75%	4	100%
DF		0%	2	100%	2	100%
ES		0%	4	100%	4	100%
MA	4	31%	9	69%	13	100%
MG	21	29%	51	71%	72	100%
MS	2	33%	4	67%	6	100%
MT	2	29%	5	71%	7	100%
PA		0%	1	100%	1	100%
PB	4	67%	2	33%	6	100%
PE		0%	2	100%	2	100%
PI	2	67%	1	33%	3	100%
PR	2	67%	1	33%	3	100%
RJ	21	30%	49	70%	70	100%
RO	2	25%	6	75%	8	100%
RR	1	50%	1	50%	2	100%
RS		0%	1	100%	1	100%
SC	3	43%	4	57%	7	100%

SP	6	30%	14	70%	20	100%
PTB	84	31%	186	69%	270	100%
AC	1	100%		0%	1	100%
AL		0%	2	100%	2	100%
AM		0%	1	100%	1	100%
AP	2	67%	1	33%	3	100%
BA	1	33%	2	67%	3	100%
CE	2	67%	1	33%	3	100%
DF	2	40%	3	60%	5	100%
ES	1	25%	3	75%	4	100%
GO	1	17%	5	83%	6	100%
MA	3	30%	7	70%	10	100%
MG	8	33%	16	67%	24	100%
MS	1	33%	2	67%	3	100%
MT		0%	2	100%	2	100%
PA		0%	2	100%	2	100%
PB	5	56%	4	44%	9	100%
PE	8	33%	16	67%	24	100%
PI	3	38%	5	63%	8	100%
PR	3	23%	10	77%	13	100%
RJ	4	36%	7	64%	11	100%
RN	1	33%	2	67%	3	100%
RO	1	25%	3	75%	4	100%
RR		0%	1	100%	1	100%
RS	3	14%	18	86%	21	100%
SC	2	67%	1	33%	3	100%
SE		0%	1	100%	1	100%
SP	32	31%	70	69%	102	100%
TO		0%	1	100%	1	100%
PTC	79	33%	161	67%	240	100%
AL	2	40%	3	60%	5	100%
AM		0%	2	100%	2	100%
AP		0%	1	100%	1	100%

BA	20	53%	18	47%	38	100%
CE	3	27%	8	73%	11	100%
DF	2	50%	2	50%	4	100%
ES		0%	3	100%	3	100%
GO	4	22%	14	78%	18	100%
MA	7	33%	14	67%	21	100%
MG	13	33%	27	68%	40	100%
MS		0%	1	100%	1	100%
MT		0%	1	100%	1	100%
PA		0%	2	100%	2	100%
PB		0%	1	100%	1	100%
PE	2	67%	1	33%	3	100%
PI	1	33%	2	67%	3	100%
PR	6	32%	13	68%	19	100%
RJ	5	26%	14	74%	19	100%
RN	3	33%	6	67%	9	100%
RO		0%	1	100%	1	100%
RR		0%	1	100%	1	100%
RS	1	33%	2	67%	3	100%
SC	1	100%		0%	1	100%
SP	9	27%	24	73%	33	100%
PTN	46	33%	92	67%	138	100%
AC		0%	1	100%	1	100%
AL		0%	1	100%	1	100%
AM	1	50%	1	50%	2	100%
BA	3	33%	6	67%	9	100%
CE	5	38%	8	62%	13	100%
DF	1	50%	1	50%	2	100%
ES	1	100%		0%	1	100%
GO		0%	1	100%	1	100%
MA		0%	2	100%	2	100%
MG	11	38%	18	62%	29	100%
MS		0%	1	100%	1	100%

MT		0%	1	100%	1	100%
PA	6	38%	10	63%	16	100%
PB		0%	2	100%	2	100%
PE		0%	3	100%	3	100%
PI		0%	1	100%	1	100%
PR	2	33%	4	67%	6	100%
RJ	4	31%	9	69%	13	100%
RN	1	33%	2	67%	3	100%
RR	1	100%		0%	1	100%
SC		0%	2	100%	2	100%
SE		0%	1	100%	1	100%
SP	10	38%	16	62%	26	100%
TO		0%	1	100%	1	100%
PV	107	32%	225	68%	332	100%
AC	2	50%	2	50%	4	100%
AL	2	67%	1	33%	3	100%
AM	1	50%	1	50%	2	100%
AP	1	33%	2	67%	3	100%
BA	2	18%	9	82%	11	100%
CE	3	33%	6	67%	9	100%
DF		0%	1	100%	1	100%
ES	3	38%	5	63%	8	100%
GO	1	25%	3	75%	4	100%
MA	1	25%	3	75%	4	100%
MG	9	32%	19	68%	28	100%
MS		0%	2	100%	2	100%
MT	2	100%		0%	2	100%
PA	3	27%	8	73%	11	100%
PB	1	20%	4	80%	5	100%
PE	1	50%	1	50%	2	100%
PI	4	36%	7	64%	11	100%
PR	12	31%	27	69%	39	100%
RJ	14	30%	32	70%	46	100%

RN		0%	1	100%	1	100%
RO	3	33%	6	67%	9	100%
RR	3	38%	5	63%	8	100%
RS	2	67%	1	33%	3	100%
SC		0%	1	100%	1	100%
SE	1	25%	3	75%	4	100%
SP	35	32%	73	68%	108	100%
TO	1	33%	2	67%	3	100%
SD	44	28%	116	73%	160	100%
AC		0%	1	100%	1	100%
AL		0%	2	100%	2	100%
AM	1	100%		0%	1	100%
AP	1	25%	3	75%	4	100%
BA	1	17%	5	83%	6	100%
CE		0%	2	100%	2	100%
DF	1	50%	1	50%	2	100%
ES	1	25%	3	75%	4	100%
GO		0%	1	100%	1	100%
MA	1	33%	2	67%	3	100%
MG	4	33%	8	67%	12	100%
MS		0%	1	100%	1	100%
MT	3	50%	3	50%	6	100%
PA		0%	8	100%	8	100%
PB		0%	1	100%	1	100%
PE		0%	1	100%	1	100%
PI		0%	1	100%	1	100%
PR	2	40%	3	60%	5	100%
RJ	9	21%	33	79%	42	100%
RN		0%	1	100%	1	100%
RO		0%	1	100%	1	100%
RR	1	100%		0%	1	100%
RS		0%	1	100%	1	100%
SC		0%	2	100%	2	100%

SE		0%	2	100%	2	100%
SP	15	34%	29	66%	44	100%
TO	4	80%	1	20%	5	100%
Total						
Geral	2271	32%	4866	68%	7137	100%